

**DISCURSOS  
TRANSVIADOS**

**POR UMA**

**LINGUÍSTICA QUEPÊR**

*Comitê Editorial de Linguagem*

Anna Christina Bentes  
Cláudia Lemos Vóvio  
Edwiges Maria Morato  
Maria Cecília P. Souza e Silva  
Sandoval Nonato Gomes-Santos  
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

*Conselho Editorial de Linguagem*

Adair Bonini (UFSC)  
Araldo Cortina (UNESP – Araraquara)  
Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)  
Heronides Melo Moura (UFSC)  
Ingedore Grunfeld Villaça Koch (*in memoriam*)  
Luiz Carlos Travaglia (UFU)  
Maria da Conceição A. de Paiva (UFRJ)  
Maria das Graças Soares Rodrigues (UFRN)  
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)  
Maria Helena Moura Neves (UPM/UNESP)  
Mariângela Rios de Oliveira (UFF)  
Marli Quadros Leite (USP)  
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)  
Regina Célia Fernandes Cruz (UFPA)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Discursos transviados : por uma linguística queer / organização  
Rodrigo Borba. — 1. ed. — São Paulo : Cortez, 2020.

Vários autores.  
ISBN 978-65-5555-011-5

1. Homossexualidade e educação 2. Identidade de gênero  
3. Linguagem e línguas 4. Linguística Queer 5. Teoria Queer 6. Sexo -  
Diferenças I. Borba, Rodrigo.

20-40519

CDD-305.42

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Estudo de gênero : Linguística queer : Sociologia 305.42

**Rodrigo Borba (org.)**

**DISCURSOS  
TRANSVIADOS**

**POR UMA**

**LINGUÍSTICA QUEER**

São Paulo – SP

---

2020

**CORTEZ  
EDITORA**

DISCURSOS TRANSVIADOS: por uma linguística *queer*  
RODRIGO BORBA (ORG.)

*Capa:* aeroestúdio

*Preparação de originais:* Elizabeth Matar

*Revisão:* Agnaldo Alves

*Diagramação:* Fernando Laino | Línea Editora

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

*Editora-assistente:* Priscila F. Augusto

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada  
sem autorização expressa do organizador e do editor.

© 2020 by Rodrigo Borba

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

R. Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: +55 11 3864 0111 | 3611 9616

[cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — abril de 2021

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Linguística <i>queer</i> : algumas desorientações <i>Rodrigo Borba</i>	9
------------	---	---

## Parte 1

### INDEXICALIDADES PERFORMATIVAS

CAPÍTULO 1	Seria a teoria <i>queer</i> importante para a teoria sociolinguística? <i>Rusty Barrett</i>	47
CAPÍTULO 2	Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico <i>Glenda Cristina Valim de Melo</i> <i>Luiz Paulo da Moita Lopes</i>	67

CAPÍTULO 3	Porno-heterotopias: a (re)construção discursiva do espaço público e a (des)regulação de gêneros e sexualidades	95
	<i>Rafael de Vasconcelos Barboza</i> <i>Rodrigo Borba</i>	
CAPÍTULO 4	Desfazendo o privilégio cis-heteronormativo no ensino de inglês na escola pública	121
	<i>Luciana Lins Rocha</i>	

## Parte 2

### **MANTENDO E DESAFIANDO A HEGEMONIA**

CAPÍTULO 5	Características e princípios da linguística <i>queer</i> : carões e lacrações nos estudos da linguagem	155
	<i>Iran Ferreira de Melo</i>	
CAPÍTULO 6	Linguística <i>queer</i> a partir de apontamentos discursivos e transfeministas	185
	<i>Beatriz Pagliarini Bagagli</i>	
CAPÍTULO 7	Ideologia homofóbica e referenciação: análise de uma pregação neopentecostal	213
	<i>Matheus Odorisi Marques</i>	

CAPÍTULO 8	(Re)fazendo a tradição, (des)construindo gênero: aproximações entre análise da conversa e linguística <i>queer</i> <i>Alexandre do Nascimento Almeida</i>	243
------------	--	-----

## Parte 3

### **CORPOS, PRAZERES E (DES)IDENTIFICAÇÕES**

CAPÍTULO 9	Sexualidade intertextual: paródias de classe, identidade e desejo nas fronteiras de Deli <i>Kira Hall</i>	283
CAPÍTULO 10	Da sufixação à corporificação: a estilização linguística do corpo na performance do desejo <i>bareback</i> <i>Gleiton Matheus Bonfante</i>	317
CAPÍTULO 11	Discursos, dildos e a produção de sujeitos <i>Elizabeth Sara Lewis</i>	347
CAPÍTULO 12	O corpo em cenas de (re)construção da sexualidade: uma perspectiva <i>queer</i> de leitura <i>Ismar Inácio dos Santos Filho</i>	375
REFERÊNCIAS		395
UM COLETIVO DE LINGUISTAS <i>QUEER</i>		433



# INTRODUÇÃO

## LINGUÍSTICA *QUEER*: ALGUMAS DESORIENTAÇÕES

Rodrigo Borba\*

### Desorientando sentidos e práticas estáveis

Em visita ao Brasil, Judith Butler, uma das principais vozes da teoria *queer*, foi surpreendida com uma cena inquietante: enquanto ela e um conjunto de pensadores discutiam, em um seminário que aconteceu na capital paulista em novembro de 2017, os desafios que o recente recrudescimento de ideologias reacionárias e violentas apresenta para a democracia, em frente ao auditório um grupo de manifestantes queimava uma efígie que representava a filósofa norte-americana. Reavivando a Inquisição, gritos de “fora, Butler”, “queima a bruxa” e “*go to hell*” (i.e., “vá para o inferno”) protestavam contra a presença da acadêmica em solo brasileiro. Em um comentário sobre o ocorrido, Butler explica que esses protestos de ódio são produto do medo “de mudança”, “de

---

\* Sou grato à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pós-doutorado no exterior (processo BEX00000.61/2017-04), que possibilitou a realização desta pesquisa e a organização deste livro.

deixar que as outras pessoas vivam de maneiras diferentes da sua”.<sup>1</sup> A preocupação e o desconforto que sua presença causou derivam do fato de ela ter popularizado uma teoria que desessencializa e desontologiza gênero e sexualidade, desvinculando-os da biologia e desnaturalizando as relações de poder que os constituem. Mas o que há de tão assustador nos chamados estudos *queer*? Por que incomodam tanto? E como os incômodos político-epistemológicos *queer* podem contribuir para o campo dos estudos da linguagem, tão afeito que é à essencialização da identidade e à ontologização da língua?

O desconforto causado pelo termo *queer* tem longo *pedigree*, o que mudou, historicamente, foram os sujeitos do incômodo. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, o primeiro registro da palavra na língua inglesa data do século XVI, quando passou a carregar significados como “estranho”, “peculiar” e “excêntrico”. Contudo, na Inglaterra do século XIX, John Douglas, o 9º Marquês de *Queensbury*, enfurecido pela relação amorosa entre seu filho Alfred e Oscar Wilde, utilizou o termo no processo judicial que levou o escritor para prisão: *snob queers*, dizia ele em referência a Wilde. A repercussão desse caso na mídia ajudou que o termo fosse popularizado como uma forma de insulto homofóbico no mundo anglo-saxão, uso que ficou bastante consolidado.

Com efeito, na década de 1960, segundo a linguista Julia Penelope (1970), as lésbicas e gays que entrevistou para sua pesquisa sobre gírias homossexuais reconheciam *queer* como uma ofensa utilizada por pessoas heterossexuais para expressar desdém e desprezo, algo como “bicha”, “viado” e “sapatão” em português. Constituía/constitui um xingamento contra pessoas que mostram fissuras nos sistemas de reconhecimento disponíveis. Muitos desses sistemas, que Butler (2003) chama de matriz de inteligibilidade, têm a ver com sexualidade. Mas gênero não pode ser visto como apartado desse processo. Por exemplo, os gritos de “bruxa” entoados em frente ao auditório onde Butler estava reencenam, no século XXI, uma história na qual mulheres foram mortas por questionarem o poder (masculino) da igreja e o controle sobre seus corpos. *Queer*, assim, funciona(va) como uma injúria cuja função

---

1. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,odio-e-censura-sao-baseados-no-medo-diz-judith-butler,70002072944>. Acesso em: 20 jul. 2020.

é (era) alocar os sujeitos que questionam as hierarquias produzidas pela heterossexualidade “em uma posição de subordinação” (Butler, 1997, p. 18) e em um “circuito de abjeção” (p. 5) no qual sua agência e subjetividade são (eram) social e politicamente obliterados.

Esse lugar abjeto provocou desconforto e insatisfação de grupos ativistas norte-americanos, como o *Queer Nation* e o *Act Up*, que, em finais da década de 1980 e meados da de 1990, criticaram políticas LGBT correntes à época. Tais políticas pregavam a necessidade de assimilação da homossexualidade à cultura heterossexual sem, contudo, desafiar estruturas mais profundas de poder que relegavam certos sujeitos às margens da sociedade, da política e do direito.<sup>2</sup> Tais grupos reivindicaram o termo *queer* para si e, assim, inverteram o desconforto político e subjetivo que o termo provocava.

O ativismo *queer* não visa à aceitação. O que se pretende é construir resistência a regimes de normalidade (Warner, 1993). À época, esse projeto de ação política se materializava, por exemplo, nas palavras de ordem como “*we’re queer, we’re here, get fucking used to it!*” (i.e., “somos bichas, estamos aqui, e vocês vão ter que nos engolir!”, em tradução livre) entoadas por ativistas nas ruas de Nova York, forjando um processo que Butler (1997) denomina de “inversão performativa da injúria” — uma estratégia de ressignificação que vira a ofensa do avesso, dobra-a sobre si e se apropria de seu poder político para produzir lugares de identificação e aliança.<sup>3</sup> Essas reapropriações de sentido são uma das principais estratégias de contestação

---

2. No Brasil, como ilustra Colling (2015), tanto ativismo LGBT quanto *queer* coexistem e, de fato, compartilham espaços simbólicos e geográficos de atuação apesar de suas diferenças teóricas, ideológicas e práticas. Para uma discussão mais detalhada sobre as diferenças entre esses ativismos, ver Miskolci (2012) e Colling (2015).

3. Não obstante, um sentido não substitui o outro. Em países de língua inglesa, atualmente *queer* pode ser usado como um termo guarda-chuva para se referir a indivíduos não heterossexuais e para evitar as diferentes — e cada vez mais complicadas — formas do acrônimo LGBT (em alguns contextos tem-se usado, por exemplo, LGBTQQICAPF2K+, i.e., *lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, questioning, intersex, asexual, agender, ally, curious, pansexual, polysexual, friends and family, two-spirit, kink, and others*). Contudo, o termo ainda mantém sua força de ofensa. Como mostra uma pesquisa informal on-line realizada em 2017 pelo website *The Gay UK*, 60% da amostra (200 pessoas participaram) afirma achar *queer* uma palavra ofensiva e preferem não usá-la para sua autoidentificação (disponível em <https://bit.ly/2sz4X7o>). Esses fatos mostram que *queer* está revestido de várias camadas de significado que só podem ser apreendidas pelo contexto de uso e não aprioristicamente, como discutirei adiante ao argumentar que a performatividade é um fenômeno indexical (seção 4 desta Introdução).

*queer*, i.e., mostram que embora o discurso de ódio “pareça fixar ou paralisar as pessoas que interpela” (Butler, 1997, p. 2), ele possibilita “respostas que nunca previu, perdendo seu sentido de soberania [...] perante uma resistência que inadvertidamente ajudou a produzir” (Butler, 1997, p. 12). O barulho foi tão grande que as vozes das ruas atravessaram os muros das universidades. Pensadores de diversas áreas do conhecimento perceberam a força de contestação epistemológica e política desse movimento e trouxeram o desconforto *queer* para a academia.

Se, outrora, *queer* não passava de uma ofensa, sua apropriação por ativistas e pesquisadores alargou seu campo semântico e, de fato, tem desafiado os limites linguísticos do processo de significação que, segundo Saussure, requer uma associação sólida entre um significante e um significado (ver Barrett, neste volume). Por exemplo, consoante Halperin (1995, p. 62),

*queer* é [...] aquilo que está em desacordo com o normal, o legítimo, o dominante. Não há nada em particular ao que o termo necessariamente se refira. É uma identidade sem uma essência. ‘*Queer*’ então não demarca uma positividade, mas um posicionamento vis-à-vis o normal”.

Guacira Lopes Louro (2004) entende *queer* como um significante cujo referente é muito escorregadio para ser facilmente capturado. A autora explica que

*Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (Louro, 2004, p. 7-8).

Mais recentemente, com base em críticas sobre a geopolítica do saber e do poder, a introdução do termo *queer* no contexto brasileiro tem sido problematizada (ver Lugarinho, 2010; Pereira, 2012; Miskolci, 2014; Miskolci e Pelúcio, 2017). Pelúcio (2014), por exemplo, afirma que a palavra perde sua potência de provocar desconforto no público brasileiro porque, nas bandas

de cá, soa estrangeira e, por isso, adquire uma aura de sofisticação. A autora, então, propõe que pensemos em uma “teoria cu”, que, segundo ela, por suas ligações com o dejetivo, o impuro, o repulsivo, estaria mais próxima do incômodo que *queer* provoca em falantes de inglês. Lewis *et al.* (2017), com base em propostas do ativismo latino-americano, sugerem o termo “cuir”, um neologismo que não propõe simplesmente “‘espanholizar’ a palavra angló-fona [...], mas romper com o discurso colonial anglo-americano e destacar a deslocalização geopolítica” (p. 5). A partir de uma crítica semelhante, Bento (2017, p. 131) prefere o termo “estudos transviados” como forma de produzir inteligibilidade local e evitar um “pensamento colonizado”.

Essas propostas não são meras trivialidades terminológicas. Indicam que a perspectiva *queer* é retorcida e até mesmo desorientada por pensadores do Sul global e, assim, adaptada, expandida e reinterpretada para poder dar conta de vicissitudes locais (ver, nesse sentido, Lim [2008], que discute a emergência de *ku'er* na Ilha de Formosa). Não obstante, no Brasil, como em outros contextos abaixo da linha do equador, tem-se mantido o uso do termo inglês de forma a provocar debates interdisciplinares e interculturais que possam promover trocas de conhecimento *horizontais* (Borba *et al.*, 2014) e desestabilizar certa geopolítica do conhecimento na qual “o Norte produz teoria e o Sul, supostamente, deve sempre importá-la e aplicá-la” (Miskolci e Pelúcio, 2017, p. 72). O título desta coletânea tenta capturar essa história de reapropriações ao aproximar “transviados” de “*queer*” com o intuito de contribuir para esse debate epistemológico e reconhecer as especificidades que essa teoria tem adquirido pelas bandas de cá.

Nesse cenário, a teoria *queer* se configura como um campo de estudos que se lança ao desafio de desenvolver uma analítica da normalização (Miskolci, 2009) e, com base nisso, uma crítica aos processos de legislação não voluntária do gênero e da sexualidade (Butler, 2004). Seu principal foco de intervenção e crítica é a cis-heteronormatividade<sup>4</sup>, que é definida como um conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e

---

4. A grafia mais comum do termo é “heterocisnormatividade”. Ao deslocar o prefixo cis- à frente, pretende-se aqui chamar atenção para o fato de que a cisgeneridade serve como pilar da heteronormatividade, merecendo, assim, atenção analítica de forma central, assim como propõe o transfeminismo.

produzem a heterossexualidade [e a cisgeneridade] como natural, autoevidente, desejável, privilegiada e necessária” (Cameron e Kulick, 2003, p. 55). Ou seja, não basta ser um tipo específico de heterossexual, é necessário ser cisgênero,<sup>5</sup> mantendo relações lineares entre corpo-gênero-desejo: vagina-mulher-heterossexual; pênis-homem-heterossexual (Colling e Nogueira, 2015; Vergueiro, 2015; ver, neste volume, os capítulos de Bagagli e Rocha). Assim, os estudos *queer* questionam estruturas sociais, sistemas de significação e relações de poder extremamente naturalizados. Com base nisso, objetiva-se reverter desigualdades de gênero e sexualidade ao desestabilizar estruturas que as subjazem. Em termos mais crus, quer-se desconstruir a dicotomia hetero/homo e derrubar a fachada de naturalidade e estabilidade de *todas* as identidades. Pretende-se, com isso, reconfigurar as dinâmicas de hierarquização e valoração que esse par movimenta. É justamente aqui onde reside o seu perigo e é esse objetivo que causa tanto medo e insegurança, como demonstra o ato contra Butler em São Paulo.

Contudo, é justamente esse sentimento de incômodo que dá à perspectiva *queer* seu potencial de crítica. Se nos voltarmos à etimologia da palavra, vemos que o termo deriva do prefixo protoindo-europeu *terkw-* que, acredita-se, deu origem ao verbo latino *torquere*, ou seja, “torcer” ou “girar”. Nesse sentido, ao questionar a cis-heteronormatividade e os processos que a sustentam (como, por exemplo, o essencialismo, a matriz de inteligibilidade e binarismos estabilizadores do tipo homem/mulher, dentro/fora, natureza/cultura, competência/desempenho), a perspectiva *queer* nos faz desconfiar de relações naturalizadas entre desejos e práticas sexuais (e.g., um homem que deseja/faz sexo com outro), de um lado, e identidade (e.g., homossexual), de outro. Argumenta-se, com isso, que desejos e práticas sexuais são forças dinâmicas e as identidades supostamente ligadas a elas são, na verdade, sentidos sedimentados no tempo e no discurso. Por ter adquirido uma aparência de coisa perene e inabalável, isso que chamamos de identidade (homem,

---

5. Consoante Bagagli (neste volume, p. 186), cisgeneridade “designa identidades e formas subjetivas que [...] se apresentam em relação de conformidade com as expectativas de gênero socialmente consolidadas” para um sexo. Pessoas trans (i.e., travestis, transexuais, não binárias etc.) são aquelas que não se conformam a essas expectativas e, por essa razão, sofrem todo tipo de sanção.

mulher, homo, hetero, trans, cis etc.) funciona como ponto de orientação que nos guia socialmente e, por conta disso, “tende a ser instrumento de regimes regulatórios” (Butler, 1991, p.13), i.e., homem é isso; mulher é aquilo; homem fala assim; mulher fala assado etc. Ao abalar o chão (cis-heteronormativo) pretensamente sólido onde pisamos, o *queer* pretende nos tirar do eixo, pois mostra que as identidades não são portos tão seguros como pensávamos. Nesse sentido, uma perspectiva *queer* desorienta.

Momentos de desorientação, sugere Merleau-Ponty (2002), abarcam não só “a experiência intelectual de desordem, mas também a experiência vital da vertigem [...]” (p. 296) que nos desafiam com a contingência intrínseca do social. Implícita na etimologia do termo, a desorientação provocada pela abordagem *queer* nos obriga a desconfiar daquilo que, à primeira vista, parece normal e a questionar os processos (culturais, políticos, legais, metodológicos, epistemológicos) que produzem essa fachada de normalidade. Portanto, uma perspectiva *queer* implica perturbar a ordem natural das coisas e desorientar sentidos e práticas excludentes. Se pensarmos *queer* como verbo, uma possível tradução seria, então, desorientar — ação que implica investir na vertigem, repensar sentidos estáveis, despraticar normas familiares (Fabrício, 2017), desaprender a ser quem somos e, com isso, retraçar caminhos. É nesse sentido que as provocações *queer* se alastraram por diversas áreas do fazer científico, tais como a fenomenologia (Ahmed, 2006), a geografia (Johnston e Longhurst, 2010), a sociologia (Miskolci, 2017), a psicologia (Clarke e Peel, 2007) etc. e têm provocado um questionamento radical de seus pressupostos teóricos e metodológicos.

As palavras de ordem bradadas contra Butler em São Paulo sugerem que a linguagem tem papel central nas tentativas de manutenção da ordem estabelecida e de pontos de orientação naturalizados. Porém, como ilustram as transformações semânticas do termo *queer* (i.e., de ofensa homofóbica à política de contestação), a linguagem “é [também] o único material que temos disponível com o qual podemos trabalhar na melhoria de nossas vidas e das vidas de outras pessoas” (Hall, 2003, p. 2). Tendo isso em perspectiva, os capítulos reunidos neste livro visam discutir as potencialidades (e os limites) de uma linguística *queer* (LQ, daqui em diante). Perguntamos: como a teoria *queer* pode contribuir para as investigações sobre as relações entre língua e

sociedade e, *inter alia*, como os estudos linguísticos podem contribuir para a teoria *queer*? É nessa encruzilhada que as desorientações provocadas pelos capítulos aqui reunidos se encontram.

## Linguística *queer*: linguagens, gêneros e sexualidades

Afinal, como a linguística, disciplina tida como a “mãe” do estruturalismo, se relaciona com a “filha” mais rebelde do pós-estruturalismo? Não seria a LQ um paradoxo epistemológico? Desde a década de 1990, linguistas e analistas do discurso no contexto anglo-saxão têm se debruçado sobre a questão de como o foco em estruturas linguísticas pode dialogar com as desorientações políticas e epistemológicas *queer*. Os capítulos aqui reunidos argumentam que LQ não é um paradoxo, mas sim um oxímoro: ao sobrepor campos de pesquisa aparentemente excludentes, cada um dos termos do par retroalimenta o outro e oferece um poderoso aparato analítico para a investigação empírica da construção da cis-heteronormatividade e seus efeitos materiais nos corpos e nas subjetividades interpelados nesse processo. *Grosso modo*, a LQ se configura como o estudo das relações entre língua, gênero, sexualidade e as dinâmicas de manutenção e/ou contestação de normatividades (linguísticas e sociais) a partir de um posicionamento político que desessencializa identidades e desontologiza a língua, problematizando, assim, a relação supostamente sólida entre aquilo que falamos/escrevemos e aquilo que somos.

A história do campo já está bem documentada (ver, por exemplo, Borba, 2015; Motschenbacher, 2011; Lewis, 2018; Santos Filho, 2020). Importa salientar aqui que a primeira publicação a pensar a LQ foi a coletânea *Queerly phrased: language, gender, and sexuality*, organizada por Anna Livia e Kira Hall em 1997.<sup>6</sup> Em mais de duas décadas, a área se expandiu e foi (re)definida de variadas formas que se complementam. Livia e Hall (2010, p. 113), por

---

6. O capítulo introdutório de *Queerly phrased* foi traduzido para o português em 2010 sob o título “É uma menina! A volta da performatividade à linguística” e publicado na coletânea *Linguagem. Gênero. Sexualidade. Clássicos traduzidos* (Ostermann e Fontana, 2010).

exemplo, afirmam que a LQ investiga “a linguagem com base nas perspectivas combinadas de gênero e sexualidade, consideradas como categorias separadas, mas intrinsecamente ligadas”. Barrett (2002, p. 26) explica que é o “estudo da língua ampliado a partir de ideias da teoria *queer*” (ver também Barrett, neste volume). À medida que a teoria *queer* se ampliava como campo de investigação e refinava seus conceitos e métodos, a LQ também se repensava. Assim, Bucholtz e Hall (2004, p. 471) explicam que a aproximação entre estudos da linguagem e a teoria *queer* “coloca no centro da análise linguística a regulação da sexualidade pela heterossexualidade hegemônica e as formas pelas quais sexualidades não normativas são negociadas em sua relação com essas estruturas regulatórias”. Motschenbacher (2011, p. 149) argumenta que é “o estudo crítico da heteronormatividade a partir de um ponto de vista linguístico”.

Em outras palavras, a LQ não se resume ao estudo de como pessoas LGBT falam/escrevem com o intuito de descrever uma suposta linguagem gay, lésbica, trans etc., como se isso de fato existisse. O objetivo é muito mais ambicioso. Já que a cis-heteronormatividade, como regime político de (subjetiv)ação, tem efeitos sobre a sociedade como um todo, a LQ se lança ao desafio de investigar o papel da linguagem em conferir ou retirar sentidos das múltiplas formas de vivenciar a sexualidade e desejos sexuais, incluindo aí a heterossexualidade (ver Lewis, neste volume). Com base nessa perspectiva, eu venho argumentando que a LQ

É uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e., a [cis]heteronormatividade) e a performance linguística situada e [mostra-se] assim como um campo promissor para o estudo de como fenômenos macrossociológicos que produzem certos indivíduos como seres abjetos, inferiores ou patológicos são sustentados e/ou desafiados nos detalhes mais ínfimos de nossa vida social, i.e., a linguagem em uso (Borba, 2015, p. 94).

Nesse sentido, como os capítulos reunidos nesta coletânea demonstram, a LQ produz pesquisas que, a partir de um ponto de vista linguístico, são críticas a regimes do normal (Warner, 1993), que questionam a naturalização da cis-heteronormatividade, de binarismos orientadores da vida social e

das relações de poder que os sustentam e, com isso, pretendem desorientar o *status quo* que exclui, marginaliza e, simbólica ou literalmente, queima certos indivíduos na fogueira. Não devemos esquecer que o Brasil é um dos países mais violentos para indivíduos que desafiam normas reguladoras de gênero e sexualidade. Gays, lésbicas, travestis e pessoas transexuais e/ou não binárias sofrem toda sorte de violência diariamente em nosso país, como mostra o relatório *Violência Homofóbica no Brasil* publicado em 2013 pela Comissão de Direitos Humanos do Governo Federal.<sup>7</sup> Além disso, a ONG Transgender Europe, em relatório recente, classificou o Brasil como o país mais transfóbico do mundo.<sup>8</sup> Perante os efeitos nocivos dos discursos que justificam esses dados alarmantes, a investigação dos processos discursivos que os subjazem e como podem ser desafiados se faz necessária.

No contexto anglo-saxão, o campo se encontra já bem estabelecido. Desde a publicação da obra de Livia e Hall (1997), a LQ cresceu exponencialmente e conta, hoje, com publicações em periódicos internacionais de grande impacto (Kulick, 1999, 2000; Bucholtz e Hall, 2004; Hall, 2005; Motschenbacher, 2011, 2013; Milani, 2013; Leap, 2013; Corwin, 2017), livros publicados por editoras importantes (Livia e Hall, 1997; Campbel-Kibler *et al.*, 2002; Cameron e Kulick, 2003; Motschenbacher, 2010; Abe, 2010; Morrish e Sauntson, 2007; Zimman *et al.*, 2014; Barrett, 2017; Milani, 2018; Hall e Barrett, no prelo), um periódico, *Journal of Language and Sexuality* (Leap e Motschenbacher, 2012) e um congresso internacional anual, o *Lavander Languages and Linguistics*.

No Brasil, a primeira discussão sistemática dessa literatura foi feita por mim em um artigo de 2006 (Borba, 2015).<sup>9</sup> A partir da publicação desse texto, alguns trabalhos que se engajam com as propostas da LQ foram desenvolvidos e incluem dissertações (Lewis, 2012; Lopes, 2013; Perez, 2017;

---

7. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

8. Disponível em: [http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT\\_research-report.pdf](http://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report.pdf). Acesso em: 17 maio 2018.

9. O texto foi originalmente publicado em 2006 e reeditado em 2015.

Gonzalez, 2017; Barboza, 2018), teses (Santos Filho, 2012; Rocha, 2013; Borba, 2014b; Lewis, 2016) assim como artigos e capítulos de livro (Borba e Ostermann, 2007, 2008; Borba, 2009, 2011, 2014b, 2017; Santos Filho, 2015, 2017b; Lewis, 2010, 2013, 2016b, 2017, 2018). Ainda outros trabalhos discutem as relações entre linguagem, gênero e sexualidade a partir de uma abordagem *queer* (ver, por exemplo, Moita Lopes, 2006a, 2006b, 2006c; Fabrício e Moita Lopes, 2008; Moita Lopes e Fabrício, 2013; Santos Filho, 2017a; Silva *et al.*, 2017) sem, contudo, se vincular explicitamente à LQ. Embora no Brasil o campo ainda seja jovem, estes estudos contribuem para a investigação das relações entre linguagem, gênero e sexualidade com vistas a fazer uma crítica sociocultural e sociolinguística aos efeitos excludentes e violentos da cis-heteronormatividade.

Apesar do interesse que a área tem gerado no Brasil, falta ainda um espaço que reúna pesquisas em língua portuguesa a partir de uma perspectiva *queer* e contestem o anglocentrismo característico da área. Nesse cenário, esta coletânea se propõe a ser um fórum para colocar em diálogo pesquisadores de renome, que têm contribuído para a desorientação de certos pressupostos dos estudos da linguagem no Brasil e no exterior, e jovens investigadores, que vêm desaprendendo práticas teórico-metodológicas bem estabelecidas de nossa área e retrazendo caminhos para a pesquisa a partir de seus interesses políticos. Os capítulos aqui reunidos mostram que o estudo de práticas linguísticas a partir de uma perspectiva *queer* traz ganhos epistemológicos e metodológicos para diversas áreas dos estudos da linguagem, tais como a sociolinguística (Barrett; Hall), a análise do discurso (Bagagli; Santos Filho), a linguística aplicada (Rocha; Melo e Moita Lopes), a linguística textual (Marques), a análise da conversa (Almeida), a análise crítica do discurso (Melo), a paisagem linguística (Barboza e Borba), o estudo de narrativas (Lewis) e a morfologia (Bonfante).

No que segue, então, discuto algumas das desorientações epistemológicas e metodológicas que a LQ traz para os estudos da linguagem e para a teoria *queer*. Veremos que a linguística tem muito a aprender com a teoria *queer* e esta tem muito a aprender com aquela. A partir desse debate, termino esta introdução com uma descrição dos capítulos que compõem esta coletânea.

## A língua e o corpo são elementos centrais para a crítica sociocultural *queer*

Embora as transformações semânticas e as reapropriações de significados do termo *queer* tenham servido de estopim para as inquietações político-epistemológicas de ativistas e pesquisadores, a língua, no contexto brasileiro, tem sido deixada em segundo plano (quando não é esquecida completamente) em estudos que se lançam ao desafio de analisar os processos de normalização de gêneros, sexualidades, corpos e subjetividades (ver, contudo, Lucas Lima, 2017). Isso soa curioso por pelo menos três motivos. Primeiro: as inquietações *queer* foram inicialmente introduzidas no mundo acadêmico via áreas como crítica literária, estudos culturais, retórica e educação que, de diferentes formas, se preocupam com a linguagem (ver, por exemplo, Sedgwick, 1990; Halperin, 1990; Butler, 1990; Berlant, 1997; Louro, 2001). Segundo: um dos objetivos das análises *queer* é fomentar a ressignificação de estruturas, instituições e sistemas de reconhecimento excludentes (Louro, 2016), um processo no qual a língua tem papel importante. Terceiro: os conceitos de performance e performatividade, centrais na teoria *queer* para analisar essas dinâmicas de ressignificação de normatividades assim como os processos que as sustentam, têm a língua como um de seus principais instrumentos de atualização.

Em contrapartida, a linguística tem se mantido fiel à sua tradição logocêntrica e tem deixado de lado o corpo que, na teoria *queer*, tem cada vez mais assumido um lugar analítico central (ver, por exemplo, Bento, 2006; Pelúcio, 2009; Allan, 2016). Como mostram Bucholtz e Hall (2016), os estudos linguísticos tomam o corpo como simples suporte da língua e não em uma relação constitutiva na qual o corpo que fala/escreve se produz ao (se) falar/escrever, dá-se a ver e a ouvir ao falar/escrever, faz-se corpo ao fazer linguagem. Como os capítulos reunidos neste livro ilustram, é a atenção empírica minuciosa à performance (linguística e corporal) e à performatividade (dos discursos) que a LQ oferece como ferramenta para problematizarmos a (re)produção e a ressignificação de sistemas de reconhecimento que conferem o *status* de humano a determinados indivíduos — i.e., aqueles que

mantêm relações retilíneas entre corpo, sexo, gênero e desejo — e retira outros dessa categoria.

Em trecho bastante citado de sua obra, Butler (2003, p. 53) explica que gênero (e a identidade em geral) “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de substância, de uma classe natural de ser”. Nesta definição, a autora deixa ver como isso que chamamos de identidade não pode ser entendido sem levar em conta duas dimensões simultâneas de sua existência: a performance (i.e., estilização repetida do corpo, conjunto de atos repetidos) e a performatividade (i.e., uma estrutura altamente rígida...). Enquanto performance é aquilo que um sujeito faz (i.e., fala, escreve, gesticula, anda, namora, beija, transa, casa etc.), a performatividade é o sistema de regulações que impõem limites para os contornos dessas (estiliza)ções. A partir desse entendimento, Butler desestabiliza visões cartesianas da identidade que a compreendem como uma propriedade essencial dos indivíduos, um fenômeno interno anterior à ação e que é por ela expresso. Em grande medida, a sociolinguística variacionista é tributária dessa visão e, de fato, a reforça ao estudar a linguagem como expressão de categorias demográficas bem definidas (i.e., homens falam assim; mulheres falam assado).

A teoria de Butler mostra, pelo contrário, que a ação (e.g., uso de diminutivos) gera certos efeitos de identidade (e.g., mulher, gay) que se cristalizam no tempo pela repetição e aparecem como essência. Ou seja, não se fala/escreve A, B ou C porque se *é* X, Y ou Z. Pelo contrário, X, Y ou Z são *efeitos* de sentido produzidos ao falarmos/escrevermos A, B ou C. Ao inverter os termos dessa equação, a LQ, a partir da teoria da performatividade, não entende a língua como um instrumento para externalizar um eu que lhe é anterior e lhe serve de origem — uma perspectiva que desorienta tanto o senso comum quanto teorias linguísticas altamente complexas baseadas no modelo cartesiano da identidade. A língua é vista como um fenômeno sócio-histórico-cultural exterior ao indivíduo que, por repetição, acaba ganhando uma fachada de coisa natural. Para que entendamos melhor as implicações dessa posição, é necessário destrinchar com mais cuidado os conceitos de

performance e performatividade, que são velhos conhecidos dos estudos da linguagem. O que a teoria *queer* faz é dar-lhes contornos necessários para a contestação política.

Na linguística proposta por Chomsky (1965), por exemplo, a divisão hierárquica entre competência (i.e., o conhecimento “inato” da língua) e desempenho (i.e., o uso em performances situadas) foi central para que várias áreas da ciência da linguagem excluíssem fenômenos constituintes da segunda parte do par como supérfluos e, assim, passassem a considerar a língua como um fenômeno independente de fatores sociais que, não obstante, (in)formam seu uso (Barrett, 2014).<sup>10</sup> Contudo, se, por um lado, Chomsky (1965) descarta a performance como sendo de interesse para a linguística por conter muitos desvios da norma, por outro, Goffman (1959) a considera como dimensão central para o desenvolvimento da vida social em nossa interação com outros indivíduos. É a partir desta última acepção do conceito que devemos entender as “estilizações” do corpo como produtoras do gênero e da sexualidade. Com base nisso, a identidade não pode ser vista como uma essência, mas como uma “prática significativa” da qual emergem “sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística” (Butler, 2003, p. 208).

Essas práticas significantes (estilizações, nos termos de Butler) não acontecem num vácuo social. São, na verdade, amarradas por regras que as constroem, mas que, não obstante, fornecem as bases para sua resignificação. É isso que se chama de performatividade, um conceito igualmente bem conhecido nos estudos da linguagem através da obra de Austin (1990). Para este filósofo, enunciados do tipo “Eu vos declaro marido e mulher”, “eu acho que devemos abrir nossa relação” e “sou lésbica” não descrevem um estado de coisas preexistente à enunciação que pode ser classificado como

---

10. As proposições da linguística teórica são, dessa forma, performativas, pois constroem um certo entendimento de língua como inata e apartada do social. Barrett (2014, p. 196) explica que “embora o trabalho teórico da linguística formal tente descobrir princípios universais da língua, esses princípios são construídos através da língua por linguistas. A pesquisa em linguística formal é performativa no sentido de que a linguagem usada por teorias formais serve para estabelecer e reforçar ideologias normativas sobre a língua, tanto na pesquisa acadêmica quanto fora dela”.

verdadeiro ou falso. Ao contrário, são atos de fala que produzem uma nova realidade, operam mudanças no mundo e transformam nossa relação com o social e as pessoas que o constituem. Essa visão de linguagem é basilar para a filosofia butleriana e para a teoria *queer*. Butler (2003) afirma que o ato de fala “É uma menina”, proferido ao nascimento ou na sala de ultrassom, não descreve aquele corpo, mas o insere em uma cadeia de regras e normas sociais sedimentadas que lhe impõem uma série de restrições baseadas em diferenças percebidas entre homens e mulheres para que esse corpo se torne socialmente inteligível, ganhando, assim, certas prerrogativas legais, políticas, linguísticas etc. e perdendo outras. O ato de fala não é descritivo; ele é prescritivo, mas seus efeitos podem ser contestados. Com isso, Butler complexifica a teoria austiniana ao trazer para o centro do debate a repetição e o corpo.

Gênero (e a identidade de forma mais abrangente), como vimos acima, é a estilização repetida do corpo que se dá através de atos de fala performativos. A repetição é um aspecto central desse processo. De fato, como Butler (1993) explica, “a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas [...] como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (p. 2). É reiterativa, pois repete convenções que dão ao ato de fala seu significado e sua força de subjetivação. É citacional, pois, para ter efeitos, cita discursos anteriores que o fazem culturalmente reconhecível. Essa repetição tem pelo menos duas funções. Primeiro, é através da reiteração de atos (de fala) que uma aparência de coisa natural, de essência, se estabelece. Segundo, como nos ensinou Derrida (1997), a repetição nunca nos dá uma cópia tal e qual e, assim, oferece possibilidade de mudança. Um bom exemplo disso é o termo *queer*: uma ofensa homofóbica que adquiriu sentidos de identificação e contestação na boca de ativistas na década de 1990. Em outras palavras, embora as normas sociais sejam altamente rígidas e naturalizadas, sua repetição em outros contextos geográficos e temporais abre a possibilidade de se criar condições linguísticas de ação social e de alianças políticas apesar dos mecanismos violentos de interpelação (ver os capítulos de Almeida, Rocha e Hall, neste volume). Já que atos de fala podem tanto manter realidades excludentes e opressoras quanto ressignificá-las, seu caráter reiterativo e citacional constitui um dos principais focos de interesse da LQ.

Se o ato de fala, em sua repetição, insere um corpo em normas de gênero (e raça, classe, nacionalidade, sexualidade etc.), ele institui formas corporificadas de se viver socialmente. Embora, a partir de leituras um tanto apressadas, a teoria butleriana tenha recebido críticas por dar centralidade à linguagem e deixar o corpo em segundo plano (Preciado, 2014), ambos são igualmente importantes para a performatividade. Ou seja, o entendimento de que nossa experiência do real é construída pela linguagem não implica num determinismo linguístico (i.e., nada existe além da linguagem). Não devemos entender a força performativa da língua como apagando a materialidade de nossas vidas em sociedade. O que a teoria da performatividade enfatiza é que o mundo material só pode ser entendido pelas escolhas lexicais, sintáticas, semânticas, discursivas etc. que fazemos para significá-lo. Por um lado, o ato de fala, como fenômeno linguístico, necessita do corpo para acontecer (i.e., voz, mãos, traqueia, língua, pulmões etc.). Por outro, como performativo, produz sentidos para o corpo no momento da enunciação. Ou seja, de acordo com Pinto (2009), o corpo é o sujeito e o objeto do ato de fala. A partir dessa perspectiva, Pinto (2012) explica que “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala *exige* o corpo. O agir do ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo” (p. 105).

É importante frisar, contudo, que a performatividade da língua e a performatividade do corpo não são idênticas embora sejam interdependentes, como argumenta Butler (2015a). O silêncio, que não necessita da língua para sua efetivação, pode ser tão performativo quanto a fala. Veja, por exemplo, a força política das vigílias ao redor do mundo em protesto contra o assassinato, em 2018, de Marielle Franco, vereadora carioca (“negra, lésbica e favelada”, como gostava de se identificar). Esse tipo de performance não linguística, explica Butler (2015a), nos força a “repensar o ato de fala de forma a entender os efeitos de certos tipos de ação corporificada: os corpos reunidos ali ‘dizem’ nós não somos descartáveis, mesmo se permanecem em silêncio” (p. 18). Ou seja, ao não falar, os corpos podem coletivamente performar sua força de indignação, aliança e contestação. O que esse exemplo indica é que o corpo significa e, por isso, deve ser levado em conta em nossas análises.

Por outro lado, a imbricação entre a performatividade linguística e corporal é enfatizada por tecnologias sexuais como dildos, vibradores etc. (ver Lewis, neste volume). Essas tecnologias nos forçam a criar formas de falar sobre e sentir o corpo, o prazer sexual e a sexualidade pelas quais sentidos para essas esferas da vida social são forjados (ver, nesse sentido, Preciado, 2018). Essas tecnologias não só produzem formas de subjetivação, prazer e usos do corpo, mas também discursos que os (re)significam, o que pode reforçar a cis-heteronormatividade ou contestá-la. Ou seja, a teoria da performatividade, ao trazer o foco para a língua e para o corpo, nos obriga a prestar atenção à materialidade dos significados e das estruturas reguladoras pelas quais sujeitos corporificados atingem inteligibilidade social (ou não).

Aqui nos defrontamos com outra desorientação que a teoria *queer* provoca na linguística, área que, em geral, vê o corpo como “secundário à língua ao invés de entendê-lo como sua condição *sine qua non*” (Bucholtz e Hall, 2016, p. 174). Uma aproximação entre a linguística e a perspectiva *queer* implica, como salientei em outra ocasião (Borba, 2014a), entender a fala e a escrita (assim como os sinais no caso da LIBRAS) como instâncias de estilização corporal que em sua repetição (re)produzem o que somos, mas também nos dão a possibilidade de traçarmos futuros alternativos e redesenharmos os campos semântico-pragmáticos de reconhecimento social (ver os capítulos de Hall, Bonfante e Santos Filho neste volume). Nesse sentido, interessa para uma LQ tanto o estudo do corpo que fala quanto daquilo que se fala sobre o corpo (Zimman, 2014; Bonfante e Borba, 2018), i.e., o foco recai na imbricação entre nossas ações situadas em contextos de interação específicos e o arcabouço de sentidos sócio-histórico-culturais que possibilita e constrange essas ações ao mesmo tempo em que fornece subsídios para sua transformação.

A visão do ato de fala performativo como fenômeno linguístico-corporal, assim, insere nossas ações locais (i.e., fala, escrita, sinal — enfim, a performance) em uma relação constitutiva com processos sociológicos e discursivos mais amplos (i.e., a performatividade), o que me leva a discutir, na próxima seção, uma desorientação importante que a LQ provoca na teoria *queer* para o estudo da constituição e da contestação de regimes do normal.

## A performatividade é um fenômeno indexical

Na teorização de Butler, como vimos, o uso da linguagem tem papel fundamental na constituição disso que chamamos de real. Porém, algumas interpretações que teóricas e teóricos *queer* têm feito do trabalho dessa autora parecem tomar a relação entre ato de fala e seu efeito como direta. Diz-se “É uma menina!” e, como num passe de mágica, disso se seguem processos de generificação, inserindo aquele corpo num conjunto de regulações e sanções que lhe conferem sentido e circunscrevem seu campo de subjetivação. As dinâmicas que ligam o ato de fala a seu efeito são tomadas como dadas ou como exteriores à sua enunciação ao invés de serem tratadas analiticamente. Em outras palavras, há uma teleologia implícita nessas interpretações na qual a mera produção do ato de fala parece levar inequivocamente à realidade que produz. Essa leitura é possível, pois Butler não descreve mecanismos concretos pelos quais o ato de fala forja entendimentos do real (nesse sentido, ver Barrett, 2017). Como efeito dessa lacuna, a teoria *queer*, no Brasil e alhures, parece considerar a normatividade e sua subversão como anteriores à ação social, traindo, assim, um de seus fundamentos ao “projetar uma identidade estável tanto para o opressor quanto para sua nênese”, já que “a classificação de atos como normativos ou subversivos é baseada nessa dicotomia” (Hall, 2013, p. 639).

Com feito, como observa Hall (2013), parte-se do pressuposto, por exemplo, de que a *drag queen* é por si só subversiva (Butler, 2003), enquanto o casamento entre dois homens brancos de classe média iguala-se ao assujeitamento à norma (Duggan, 2002). Por conta disso, Barrett (2017) argumenta que a teoria *queer* não consegue capturar o alto nível de complexidade envolvido na construção social disso que entendemos por identidades e, conscientemente ou não, atenua (ou, em alguns casos, estrategicamente ignora) o fato sociológico de que até mesmo os indivíduos mais antinormativos (incluem-se aí teóricas, teóricos e ativistas *queer*) estão sempre envolvidos no estabelecimento e manutenção de suas próprias normas e hierarquias (ver, nesse sentido, Wiegman e Wilson, 2015). Da mesma forma, pessoas heterossexuais podem estar na norma, mas modificá-la por dentro (ver Nogueira, 2013). Nenhum desses fenômenos deve escapar de nossas lentes

analíticas. Nesse cenário, linguistas *queer* têm argumentado que qualquer análise social deve se guiar pelo pressuposto de que o sentido de práticas discursivas e das ações nelas implicadas não é fixo e por causa disso não podemos classificá-lo como cis-heteronormativo ou subversivo sem antes olhar para os detalhes contextuais de sua produção. A LQ, assim, parte do princípio de que tanto a manutenção das normas quanto sua contestação não podem ser vistas aprioristicamente como propriedades de certos tipos de ação ou de indivíduos específicos, mas sim como emergentes do contexto social em seu lugar e tempo de atualização.

Para ilustrar essa desorientação que a LQ provoca nos estudos *queer*, retomemos, então, a *drag queen* que, para Butler (2003), é um exemplo paradigmático da performatividade, já que em sua performance (hiper) feminina no palco há uma dissonância entre sexo (i.e., pênis), gênero (i.e., feminilidade) e desejo sexual (i.e., homossexualidade). Em suas ações, a *drag*, segundo Butler, gera fissuras nas estruturas cis-heteronormativas de reconhecimento disponíveis. Ela corporifica repetições que rompem com os contextos normativos de produção de identidades e suas convenções, explicitando os mecanismos de sua produção. Contudo, as repetições que a *drag* elabora também reiteram sentidos bastante sedimentados sobre feminilidade, masculinidade, raça e classe.

Isso é o que se vê nos estudos feitos por Barrett (2017) sobre a performance linguística de *drag queens* afro-americanas. Em seus shows, essas artistas fazem uso de recursos linguísticos convencionalmente vinculados a mulheres brancas heterossexuais de classe média (entonação, escolha lexical etc.) assim como descritos por Lakoff (2010) e os sobrepõem a formas e estruturas linguísticas associadas ao registro de fala de homens afro-americanos heterossexuais de Nova York estudados por Labov (1966) e às gírias e padrões entonacionais do grupo de gays afro-americanos do sul dos EUA. A subversão, claro, está no desencontro entre o corpo que fala e os estilos linguísticos utilizados, mostrando que categorias demográficas estanques não determinam o que/como se fala. Contudo, há manutenção de sentidos quando esses estilos são amarrados a certos contextos da performance. Por exemplo, as *drags* do estudo de Barrett (2017) tendem a utilizar itens lexicais e padrões prosódicos estereotípicos de mulheres brancas para

salientar uma performance de classe média perante o público frequentador do bar, que é, predominantemente, de classe trabalhadora (assim como as próprias *performers*). Com isso, elas se diferenciam da audiência e produzem uma hierarquia com base na projeção de uma classe econômica à qual elas mesmas não pertencem. Em contextos nos quais comparam sua performance de feminilidade com mulheres, essas *drags* fazem uso de registros convencionalmente associados a homens heterossexuais e reciclam enunciados misóginos. Ou seja, sentidos paradoxais emergem localmente a partir do uso de diferentes recursos linguísticos e ilustram, empiricamente, que “as performances das *drags* não podem ser entendidas simplesmente como ‘subversivas’ ou ‘submissas’ no que tange à cultura hegemônica” (Barrett, 2017, p. 54). Há tanto reiteração quanto contestação de relações de poder, e isso só pode ser vislumbrado se atentarmos para detalhes quase imperceptíveis da ação local.

Esse exemplo ilustra que, para dar conta da complexidade da vida social, devemos levar em consideração que subversão e normatividade andam lado a lado (ver os capítulos de Melo e Moita Lopes, Almeida, Barboza e Borba, Hall, e Santos Filho neste volume) e não podem ser consideradas como fenômenos que precedem a ação social. Nesse contexto, os capítulos aqui reunidos demonstram que a atenção empírica minuciosa aos microdetalhes da língua em uso em determinadas práticas sociais nos oferece ferramentas para que possamos criar inteligibilidade sobre as idiosincrasias locais da intrincada relação entre assujeitamento e desafio às normas. As travestis nos fornecem um exemplo mais próximo do contexto brasileiro sobre a relação complexa entre manutenção e subversão da cis-heteronormatividade. Pessoas que se identificam como travestis passam por longos e dolorosos processos de modificação corporal (hormônios, silicone etc.), produzindo um corpo que mistura formas femininas e uma biologia masculina. Já aí mostram fissuras nas normas de gênero social (ver, nesse sentido, Pelúcio, 2009). Linguisticamente, utilizam desinências femininas para falar de si e exigem que qualquer pessoa ao falar sobre elas faça as flexões de palavras nesse sentido, inclusive com o substantivo “travesti”, que é gramaticalmente masculino. Subvertem, assim, a norma gramatical. Contudo, como ilustram Borba e Ostermann (2007, 2008), em determinados contextos interacionais

tendem a usar o masculino gramatical, o que mostra como se dá sua relação com a cultura hegemônica. O masculino tende a ser utilizado, por exemplo, em narrativas nas quais descrevem as relações com suas famílias biológicas e funciona, nesse contexto, como uma estratégia de preservação de face (i.e., evita sentidos negativos sobre suas identificações) e deferência (i.e., usar o masculino seria uma forma de respeitar suas mães, por exemplo). A fluidez contextual entre o feminino e o masculino gramatical, assim, reaviva certas normas sociais que colocam a masculinidade e a feminilidade em relações assimétricas.

As *drags* e as travestis desmantelam associações fáceis entre biologia e gênero e entre língua e identidade. Mostram, dessa forma, que a relação entre o ato de fala performativo e a realidade que produz ao descrevê-lo não é direta, mas sim mediada por processos culturais e semióticos mais amplos que sustentam certas relações de poder. Ou seja, para entendermos a construção performativa da realidade, não basta atentarmos somente para categorias identitárias em seu nível denotativo (e.g., “É uma menina!”), que, segundo Hall (2013), têm sido o esteio da teoria *queer* (ver, também, Hall, neste volume). Isso porque a associação entre um significante e um significado não é unívoca. O significado, como bem mostra Derrida (1997), não tem uma relação estável com o significante e, assim, depende do contexto e de uma história citacional de usos anteriores que o reveste de uma camada multifacetada e imprevisível de sentidos. Como os capítulos reunidos neste livro mostram, a performatividade é um fenômeno indexical por excelência.

Em linguística formal, signos indexicais (ou dêiticos) incluem palavras como “aqui”, “lá”, “agora”, “eu”, “você” etc. que têm como função apontar para o contexto situacional de enunciação (i.e., seu local, tempo e a relação entre participantes da interação). Contudo, áreas como a antropologia linguística e a LQ, cujo interesse cai sobre o uso e a função social da língua, se preocupam com signos não denotativos, i.e., aqueles que apontam para aspectos macrosociológicos e, assim, pressupõem um sentido social que não está diretamente vinculado ao signo, mas é a ele associado por causa de sua história de uso em determinados contextos. Segundo Ochs (1996),

Um índice linguístico é geralmente uma estrutura (e.g., voz passiva ou ativa, tonicidade silábica, afixo diminutivo) que é variavelmente usada de uma situação a outra e se torna convencionalmente associada a determinadas dimensões situacionais, tanto que, quando a estrutura é usada, a forma invoca essas dimensões situacionais (p. 411).

Nesse sentido, a relação entre signo e seu significado e entre o ato de fala e seu efeito não é direta, mas sim mediada por uma história de uso que o vincula a vários sentidos possíveis que só poderão ser determinados contextualmente. A partir dessa compreensão, Ochs (1992) argumenta que a relação entre língua e identidade (ou a realidade de forma mais abrangente) não implica “um mapeamento direto entre uma forma linguística e um significado social” (p. 336). A autora explica que essa relação “é constituída e mediada pela relação da língua com posicionamentos, ações, atividades e outros construtos sociais” (p. 337), tais como gênero, classe, sexualidade, filiação política etc. A construção da identidade, assim, envolve a produção de links indexicais indiretos que vinculam determinada estrutura linguística a certo sentido social contextualmente. Ou seja, a produção disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias identitárias, mas ocorre por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimentam certos arcabouços interpretativos disponíveis socioculturalmente e lhes confere sentido no aqui e agora da enunciação (ver, nesse sentido, os capítulos de Barboza e Borba; Marques; Melo e Moita Lopes, neste volume). Devido a essa situacionalidade radical dos signos indexicais, sentidos de normatividade e subversão emergem contextualmente de ações locais e não podem ser compreendidos como anteriores ao engajamento discursivo. Portanto, como explica Barrett (2017),

os sentidos indexicais determinam as maneiras pelas quais indivíduos podem construir suas identidades performativamente como tipos específicos de participantes em certos contextos sociais. A natureza performativa do gênero

[e da identidade em geral] é assim inteiramente dependente da capacidade de um conjunto de signos indexarem uma identidade de gênero (p. 11-12).

O uso fluido do gênero gramatical por travestis é um bom exemplo de como a indexicalidade funciona. Ao exigir que outras pessoas se refiram a elas com o feminino, elas não só reforçam sua identificação com a feminilidade, mas revestem o gênero gramatical com camadas de sentido que o vinculam a respeito por sua identidade de gênero e/ou filiação política à sua causa. Contudo, a tendência em usar o masculino gramatical em contextos nos quais falam sobre suas relações familiares, por exemplo, retoma dinâmicas sociais que produzem a masculinidade como detentora de respeitabilidade. O gênero gramatical, via indexicalidade, passa a ser vinculado não só à masculinidade ou à feminilidade, mas também a outros sentidos que não estão diretamente ligados a ele. Com base nesse preceito, a LQ entende a identidade de gênero, sexualidade, raça etc. como fenômenos intertextuais (Hall, neste volume), já que, para fazer sentido, signos usados localmente sempre reavivam conexões com práticas, relações, grupos sociais e instituições que o usaram anteriormente.

O conceito de indexicalidade, portanto, ilustra que (1) o significado não antecede o uso e (2) fenômenos linguísticos locais estão sempre (in)formados por discursos mais amplos. Em outras palavras, para investigarmos a relação entre cis-heteronormatividade e sua contestação não devemos tomar esses fenômenos como anteriores à prática social ou como propriedades de certos indivíduos, mas sim como emergentes de um contexto discursivo específico. A indexicalidade é o mecanismo cultural que movimenta a performatividade ao vincular nossas ações linguísticas situadas a outras “práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falam” (Foucault, 1972, p. 64), ou seja, a discursos. É nessa relação entre língua e discurso que a cis-heteronormatividade e sua contestação se materializam em nossas ações diárias. E é justamente o vínculo indissociável entre língua (i.e., nossas performances linguísticas no aqui e agora) e discurso (i.e., que reveste nossas ações locais de diversos sentidos extralinguísticos) que os capítulos reunidos nesta coletânea investigam.

## Os capítulos — investigando a materialização linguístico-discursiva da cis-heteronormatividade

Como um conjunto de estruturas, instituições e ações que promovem e naturalizam a heterossexualidade e a cisgeneridade, a cis-heteronormatividade se manifesta tanto na trama da língua (e.g., a imposição prescritiva de masculinos genéricos)<sup>11</sup> quanto nos usos que podemos fazer dela (e.g., quem pode falar o que e como) e na definição do acesso a determinadas práticas discursivas (e.g., quem pode falar em certas instituições), projetando, dessa forma, modelos de ação social que podem ter efeitos excludentes e, por vezes, violentos (ver, por exemplo, o protesto contra Butler e o assassinato da vereadora Marielle Franco que mencionei anteriormente). Essa materialização linguístico-discursiva da cis-heteronormatividade e as possibilidades de sua subversão são o foco analítico da LQ. A partir de uma ampla variedade de abordagens metodológicas, os capítulos aqui reunidos se lançam ao desafio de investigar teórica e empiricamente esse espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e., a cis-heteronormatividade) e a performance linguística situada em diferentes contextos de sua atualização.

Os doze capítulos desta coletânea estão divididos em três partes que dialogam entre si e (in)formam-se mutuamente, quais sejam, “Indexicalidades performativas”, “Mantendo e desafiando a hegemonia” e “Corpos, prazeres e (des)identificações”. A primeira parte agrega textos que analisam teórica e empiricamente os mecanismos indexicais de funcionamento de

---

11. Como explica Bagno (2011), “se uma mulher e seu cachorro estão atravessando a rua e um motorista embriagado atinge essa senhora e seu cão, o que vamos encontrar no noticiário é o seguinte: ‘Mulher e cachorro são atropelados por motorista bêbado’. Não é impressionante? Basta um cachorro para fazer sumir a especificidade feminina de uma mulher e jogá-la dentro da forma supostamente ‘neutra’ do masculino. Se alguém tem um filho e oito filhas, vai dizer que tem nove filhos”. Com base em uma abordagem cognitivo-funcionalista, Mäder e Moura (2015) afirmam que o masculino gramatical é mais que simplesmente genérico; ele assume a função de gênero prototípico. Por esse motivo, os textos reunidos aqui evitam o masculino como gênero gramatical não marcado com base em estratégias como o uso de substantivos sobrecomuns (i.e., indivíduos, pessoas etc.) e a marcação do feminino gramatical em generalizações (i.e., teóricos e teóricas *queer*). Essas e outras estratégias podem ser encontradas no *Manual para o uso não sexista da linguagem* que foi preparado pelo governo do Rio Grande do Sul em 2014, disponível em: <https://bit.ly/2szgnrB>.

performatividades de gênero, sexualidade, raça, nacionalidade, língua etc. e seu potencial de contestação. Esses capítulos nos fornecem subsídios para entendermos como a língua em uso produz certos entendimentos sobre gênero e sexualidade em contextos diversos como a teoria sociolinguística (Barrett), a Web 2.0 (Melo e Moita Lopes), grafitos de banheiro (Barboza e Borba) e a sala de aula (Rocha). Por sua vez, os capítulos reunidos na segunda parte mostram como a manifestação linguístico-discursiva da cis-heteronormatividade segue alguns padrões de estruturação (mais ou menos como numa gramática) que se materializam insidiosamente em nossas práticas linguísticas, mas que podem igualmente ser contestadas nos microdetalhes da ação social. Esses trabalhos descrevem os efeitos materiais de (subjetiv) ação da cis-heteronormatividade, assim como formas de ruptura a partir de diálogos com a análise do discurso (Melo e Bagagli), a linguística textual (Marques) e a análise da conversa etnometodológica (Almeida). O caráter indexical da performatividade e o funcionamento relativamente estruturado da cis-heteronormatividade constituem a base das análises apresentadas pelos capítulos reunidos na terceira parte, que trazem à baila a relação entre línguas, corpos, discursos e seu papel na (re)significação de identidades e práticas sexuais. Esses capítulos discutem a complicada relação entre a reiteração e a contestação de sentidos para corpos e prazeres produzidos como abjetos por discursos dominantes em contextos como performances rituais elaboradas por pessoas trans indianas que questionam o binarismo de gênero e a organização social por castas (Hall), interações entre praticantes de sexo *bareback* (Bonfante), narrativas de mulheres bissexuais e homens heterossexuais sobre o uso de acessórios sexuais como dildos (Lewis) e as telenovelas (Santos Filho).

O primeiro capítulo, de Rusty Barrett, apresenta ao público brasileiro a tradução para o português de um texto teórico central da LQ, publicado originalmente em 2002. O autor se pergunta: “seria a teoria *queer* importante para a sociolinguística?”. Para responder essa indagação, Barrett revisita alguns pressupostos teóricos *queer* como, por exemplo, a desconfiança em categorias identitárias e a performatividade para problematizar o fato de que na teoria sociolinguística a relação entre língua e identidade é, por vezes, tomada como direta e estanque (homens falam assim; mulheres falam

assado; heteros falam dessa maneira; gays falam daquela) — um efeito da cis-heteronormatividade que produz o uso de língua como expressão de uma ligação “natural” e linear entre sexo, gênero e desejo. A partir de uma perspectiva *queer*, o linguista argumenta que categorias identitárias não podem ser consideradas fenômenos inerentes aos indivíduos, mas sim efeitos que emergem das dinâmicas performativas da indexicalidade e do caráter indexical da performatividade (ver, também, Barrett, 2017). Assim, signos linguísticos são tratados enquanto índices que apontam indiretamente para múltiplos sentidos identitários ao invés de simplesmente descrevê-los. Barrett discorre sobre os problemas associados à projeção de categorias identitárias pré-concebidas antes mesmo de desenvolver análises ou até mesmo durante entrevistas de pesquisa. O autor conclui afirmando que a teoria *queer* é sim importante para a teoria sociolinguística, pois essa aproximação possibilita modos de produção de conhecimento que estejam mais atentos ao papel da língua na reprodução e na contestação de ideologias assim como na configuração de relações intersubjetivas.

A compreensão da performatividade como um fenômeno indexical é radicalizada no segundo capítulo, cuja autoria é de Glenda Cristina Valim de Melo e Luiz Paulo da Moita Lopes. Aqui, autora e autor não só consideram a construção do gênero e da sexualidade como performativa, mas também discutem como a raça e a classe social estão intimamente imbricadas nos processos linguísticos (i.e., a performance) e discursivos (i.e., a performatividade) de produção e valoração de identidades (ver, também, Melo e Moita Lopes, 2015). Analisando uma entrevista feita on-line com um profissional do sexo e blogueiro, Melo e Moita Lopes discutem como múltiplos sentidos para gênero, sexualidade, raça e classe são indexicalmente movimentados em sua prática discursiva local e reavivam ordens de sentido disponíveis culturalmente nas quais diferentes formas de valorar a masculinidade do homem negro são hierarquizadas. Autora e autor mostram como o blogueiro mobiliza sentidos disponíveis macrosociologicamente em sua performance linguística situada, estratificando-os em escala pessoal. Tais sentidos envolvem, por exemplo, o racismo, a ascensão socioeconômica, a relação conflituosa entre branquitude e negritude, a hipersexualização da raça negra, o imperativo da masculinidade do homem negro e seus efeitos nos processos de subjetivação de homens

negros gays etc. Assim, Melo e Moita Lopes descrevem como o participante de sua pesquisa se apropria dessas ordens de sentido macrosociológicas (e das dinâmicas de valoração ligadas a elas) por meio de associações indexicais mobilizadas pelos atos de fala utilizados localmente. Com isso, ilustram que performances de gênero, sexualidade, raça e classe nunca são homogêneas, mas, ao emergir de contextos discursivos em seu local e tempo, são sempre híbridas, contraditórias e instáveis.

É a fricção entre a manutenção de sentidos violentos já cristalizados na cultura, sua instabilidade e subversão em práticas discursivas locais que o terceiro capítulo, escrito por Rafael de Vasconcelos Barboza e Rodrigo Borba, investiga. Os autores discutem como a cis-heteronormatividade se manifesta discursivamente no espaço público e tenta limitar a circulação dos indivíduos que a desafiam em instituições de poder, tais como a universidade. Para tanto, Barboza e Borba analisam os efeitos performativos de inscrições homofóbicas, misóginas e racistas nas paredes dos banheiros da Faculdade de Letras da UFRJ a partir das indexicalidades que mobilizam, assim como sua transformação no tempo. Com base na análise multimodal desses grafitos, os autores descrevem como sujeitos e o espaço público são simultaneamente produzidos e (re)construídos em interações com a materialidade e a historicidade da língua e do lugar onde está inscrita. A análise se centra nas múltiplas indexicalidades projetadas por essa paisagem linguística e as maneiras pelas quais elas performativamente (in)formam nossa compreensão e acesso a espaços públicos que são marcados por certas compreensões estanques de gênero e sexualidade. Os autores descrevem as mudanças sofridas pelos grafitos no tempo à medida que múltiplas (por vezes contraditórias) camadas de sentidos são sobrepostas. Essas diversas camadas não só justapõem sentidos cis-heteronormativos bastante sedimentados como também oferecem possibilidades para a transformação de como esse espaço e os indivíduos que nele circulam são entendidos. Barboza e Borba argumentam que, por meio dessa sobreposição de sentidos conflitantes, os grafitos contribuem para a desorientação (ou “*queerização*”) das formas pelas quais entendemos o espaço do banheiro (e da universidade como um todo), um processo discursivo no qual as dissidências sexuais e de gênero são constantemente (des)reguladas.

Os efeitos nocivos da cis-heteronormatividade em instituições de ensino também são o foco de atenção de Luciana Lins Rocha, no quarto capítulo. Em uma época na qual o recrudescimento de ideias reacionárias vem, cada vez mais, atacando a inclusão de temas relacionados a gênero e diversidade sexual nas escolas (ver, por exemplo, o projeto Escola sem Partido e o nefasto conceito de “ideologia de gênero”), o estudo de Rocha mostra como a discussão desses temas em eventos de letramento escolar pode ter resultados transformadores no que tange à construção de respeito pela diferença e à produção de contextos de ensino mais inclusivos e menos hierarquizados. A partir de uma pesquisa-ação, Rocha discute a necessidade de transformar os sentidos privilegiados pelo currículo tradicional escolar que contribuem para a manutenção da matriz cis-heterossexual como a única legitimadora de certos corpos e afetos (ver, nesse sentido, Moita Lopes, 2013). Para tanto, ela nos apresenta uma atividade pedagógica para o ensino de inglês como língua adicional que, dentre outras coisas, buscou mobilizar novos sentidos indexicais para gênero e sexualidade na sala de aula, transformando indexicalidades já cristalizadas. Com isso, a autora ilustra como uma perspectiva *queer* no ensino de línguas pode problematizar uma tradição curricular excludente e, por assim dizer, tirar corpos do armário, fazendo da escola um ambiente onde estudantes, independentemente de suas diferenças, possam se sentir pessoas legítimas e respeitadas.

As reflexões propostas nos capítulos que compõem a primeira parte desta coletânea sugerem que a cis-heteronormatividade se manifesta de forma mais ou menos estruturada em nossas práticas locais através da repetição de certos signos indexicais. Essa repetição reaviva performativamente discursos sobre gênero e sexualidade (e raça e classe etc.) disponíveis no âmbito macrosociológico, que constroem nossas ações discursivas e corporais localmente. Porém, suas regras de atualização podem ser quebradas e desorientadas. É à análise da relação conflituosa entre a manutenção e a contestação da hegemonia que se lançam os capítulos reunidos na segunda parte do livro. No capítulo cinco, Iran Ferreira de Melo investe justamente nas possibilidades de transformação dessas normas excludentes. Para tanto, o autor delinea algumas feições para uma LQ produzida no Brasil. Consoante Melo, a LQ deve se configurar como uma área de conhecimento com viés claramente ativista e intervencionista cujo intuito é transformar os arcabouços

de sentido disponíveis atualmente que relegam indivíduos não heterossexuais e não cisgêneros às margens da arena social, limitando, assim, seu campo de significação e (subjativ)ação. Para salientar o caráter ativista da LQ, o autor propõe uma aproximação entre essa área e o letramento escolar. De acordo com Melo, uma abordagem *queer* para o letramento oferece a oportunidade de mostrar como a linguagem exerce papel central nos processos de insubordinação às regras excludentes da cis-heteronormatividade e tem como alvo munir as pessoas de estratégias reflexivas sobre o uso de recursos semióticos no combate às agruras promovidas pela violência contra corpos que desafiam regimes de reconhecimento correntes.

Esse tipo de violência se manifesta de forma particularmente insidiosa por conta da naturalização da cisgeneridade, que acaba transformando na única forma legítima de identificação de gênero. No sexto capítulo, Beatriz Pagliarini Bagagli se lança ao desafio de investigar, a partir da análise do discurso, os mecanismos sub-reptícios de sedimentação linguística da aparência natural e ontológica da cis-heteronormatividade. A autora nos oferece uma apreciação teórica na qual descreve a cisgeneridade como modelo de ação discursiva que permeia e sustenta a exclusão de pessoas transexuais dos regimes de inteligibilidade disponíveis na sociedade brasileira. A partir de um diálogo profícuo entre a LQ, os estudos do discurso de viés pecheuxiano e o transfeminismo — uma área de conhecimento e ativismo que problematiza os feminismos a partir das experiências de pessoas trans —, a autora mapeia desenvolvimentos teóricos estruturalistas sobre a noção de língua enquanto sistema e as relações de poder que sustentam na produção de sentidos para identidades de gênero e abjeção social (ver, nesse sentido, Borba e Milani, 2017). Com base nisso, Bagagli argumenta que as identidades de gênero (cis e trans) se dão no interior de um sistema (i.e., a língua) de significação e exclusão que outorga representatividade social a algumas pessoas (cis) e oblitera a existência de outras (trans). A autora mostra como a cisgeneridade funciona como um pressuposto de nossos sistemas de reconhecimento. Isso se dá por causa de sua naturalização discursiva. A língua tem papel central nesse processo e funciona, assim, não só como um sistema de signos, mas também como um “cistema” de relações de significação e poder que toma a cisgeneridade como base da vida em sociedade, tendo, assim, efeitos materiais para a existência linguística, política e cultural de pessoas trans.

Outro mecanismo de exclusão (e significação) de pessoas que desafiam os regimes de inteligibilidade disponíveis é a homofobia, que é entendida por Matheus Odorisi Marques, no sétimo capítulo, como um tipo de ideologia que regula a sexualidade de indivíduos e os relega (às vezes violentamente) às margens da sociedade. Em seu texto, Marques investiga como a homofobia é textualmente construída e projeta redes de sentido que apagam a subjetividade e a agência de indivíduos homossexuais, produzindo, assim, a cis-heteronormatividade como o único ponto de referência legítimo para a organização do social. O autor analisa como a ideologia homofóbica é (re) produzida em uma pregação evangélica neopentecostal de autoria do pastor Silas Malafaia. Marques traça cuidadosamente os processos de referenciação que permeiam o texto da pregação e lhe conferem coesão e sentidos. Através dessa análise, o autor demonstra como as redes referenciais construídas por Malafaia em seu texto têm uma base ideológica clara que projeta uma imagem negativa ao indivíduo homossexual.

Em seu capítulo, Marques ilustra como a cis-heteronormatividade e seus mecanismos de sustentação, tais como a homofobia, adentram insidiosamente nossas ações discursivas. O caráter melindroso desses regimes de reconhecimento é também o foco de atenção de Alexandre do Nascimento Almeida no oitavo capítulo. Aqui, o autor promove um diálogo entre análise da conversa etnometodológica e a LQ para investigar como gênero e sexualidade se tornam relevantes para participantes na fala-em-interação institucional. Através de uma minuciosa análise sequencial do turno a turno de interações em uma turma de ensino fundamental de uma escola pública, o autor demonstra que há uma orientação êmica a questões de gênero e sexualidade na qual procedimentos adequados a meninos e meninas para a realização de atividades pedagógicas são construídos localmente. Almeida ilustra como essas ações, em seus microdetalhes interacionais, reavivam concepções cis-heteronormativas de mundo (ver, nesse sentido, Ostermann, 2017). Em sua atualização situada, essas indexicalidades pressupõem uma divisão dicotômica rígida de corpos em posições binárias como masculino/feminino e homem/mulher, bem como constrange associações àquilo que se considera ser adequado a essas possibilidades de construção de gênero, limitando o escopo de (subjetiv)ação das crianças.

Com efeito, a manutenção (ou a contestação) da cis-heteronormatividade e os mecanismos linguístico-discursivos de sua atualização têm o corpo como um local de atualização. Como vimos anteriormente, o corpo tanto produz esses discursos como é por eles produzido. Nesse sentido, a cis-heteronormatividade delinea os contornos de corpos socialmente inteligíveis. Esses limites, contudo, são porosos e oferecem alternativas para subversão desses discursos. É a essa dinâmica entre língua, discurso, corpo e possibilidades de (des)identificação que os textos reunidos na terceira parte desta coletânea se dedicam. O nono capítulo apresenta para o público brasileiro a tradução de um artigo central para a LQ, de autoria de Kira Hall. A autora retoma os conceitos de performatividade, indexicalidade e cis-heteronormatividade para discutir as conflituosas relações políticas, linguísticas, identitárias e de classe entre dois grupos de pessoas trans na Índia, nomeadamente as *hijras* e os *kotis*. Embora compartilhem espaços simbólicos e geográficos, esses grupos têm diferenças histórias e sociais entre si. Enquanto as *hijras* são popularmente conhecidas por não possuírem genitais masculinos nem femininos, o que lhes confere um lugar fora dos sistemas reprodutivos da sociedade indiana, os *kotis* mantêm relações heterossexuais maritais, mas, não obstante, vestem-se como *hijras* e, de fato, as imitam em performances rituais nas quais criticam ideologias que conferem a elas uma posição religiosa de prestígio como benzedeadas de casamentos e nascimentos. Nesse contexto, Hall investiga interseções entre classe, identidade e desejo sexual em uma performance pública conhecida entre *kotis* como “*hijra-acting*”, ou “*personificação hijra*”, na qual indexicalidades conflitantes para o inglês, o hindi e o farsi são projetadas. Nessa performance, *kotis* criticam, através de uma paródia linguística e corporal de *hijras*, a oposição de classe entre sexualidades *hijra* (ligadas ao hindi) e *gay* (associadas ao inglês) na Índia contemporânea, satirizando os desejos sexuais referentes a ambos os grupos como inferiores aos seus próprios desejos e à sua própria língua (i.e., o farsi). A análise revela que *identidade* e *desejo* são mais bem compreendidos como fenômenos indexicais, intertextuais e corporificados que se constituem mutuamente e emergem localmente de práticas discursivas específicas. Com base nisso, a autora argumenta que a LQ, com sua atenção empírica para os detalhes de interações situadas, nos oferece uma perspectiva analítica que permite vislumbrar como gênero e sexualidade se

tornam interligados, através de conexões ideológicas cis-heteronormativas, à língua e à classe socioeconômica e dependem dessas ligações indexicais tanto para sua manutenção quanto para sua contestação.

No décimo capítulo, Gleiton Matheus Bonfante investiga interações em grupos de *Whatsapp*® cujo objetivo é reunir homens interessados em sexo sem preservativos, ou *bareback*, com outros homens. Nessas interações, partes específicas do corpo, tais como o pênis e o ânus, têm centralidade na construção de relações intersubjetivas entre os participantes. Bonfante analisa justamente a linguagem utilizada para falar sobre o corpo e produzi-lo como desejável (ou não). O foco de análise recai nos processos de sufixação pelos quais os interagentes se produzem como seres hipercorporificados (e hipermasculinos). Isso permite que o autor investigue as congruências entre os mecanismos linguísticos de sufixação e seus usos (e abusos) na produção de corpos, desejos e subjetividades específicos. Ao examinar a construção semiótica do corpo e do desejo *bareback* através de sufixação, Bonfante relaciona aspectos morfológicos da língua com a criação performativa do corpo on-line e, mostra, convincentemente, como a performatividade da língua e a performatividade do corpo, embora distintas, se sobrepõem em práticas discursivas locais.

Por sua vez, Lewis, no capítulo onze, investiga o arcabouço de sentidos cis-heteronormativos sobre práticas sexuais (mais especificamente, a penetração) e seus efeitos de subjetivação e legitimação de prazeres corporais. A autora analisa narrativas contadas por mulheres bissexuais e homens heterossexuais que gostam de ser penetrados por suas parceiras, nas quais discutem o uso de acessórios sexuais, tais como dildos. Lewis traça os processos narrativos pelos quais a penetração por dildos tem efeitos identitários e subjetivos. Com base nisso, a autora mostra como esses discursos produzem sujeitos generificados e sexualizados de formas específicas. Nas narrativas que analisa, Lewis ilustra que a penetração por dildos pode tanto “masculinizar” mulheres que a praticam quanto “feminizar” homens heterossexuais que sentem prazer em ser penetrados por suas parceiras. Esses são efeitos locais derivados de discursos cis-heteronormativos mais amplos que, disseminados na cultura, circunscrevem a passividade e a atividade sexual a determinados corpos e sedimentam uma hierarquia de

poder na qual o homem é aquele que penetra e a mulher é quem deve ser penetrada. Com base nessa perspectiva, Lewis argumenta que o foco de análise *queer* deve recair sobre práticas sexuais e a negociação de sentidos para essas práticas que podem tanto reforçar a cis-heteronormatividade quanto contestá-la.

No capítulo doze, Ismar Inácio dos Santos Filho lança seu olhar a uma tecnologia de subjetivação bastante conhecida, notadamente a telenovela. O autor situa seu estudo no contexto das tensões discursivas acerca de sentidos sobre gênero e sexualidade, tensões essas que colocam sentidos mais estáveis e intransitivos em fricção com novas configurações afetivo-sexuais disponíveis hoje em dia. Mais precisamente, Santos Filho investiga como essa fricção semântico-pragmática se efetua em cenas de uma telenovela nas quais dois personagens homens produzem realinhamentos de suas identificações sexuais. O autor analisa os detalhes dos recursos semióticos utilizados para indexicalizar e legitimar a fluidez sexual desses personagens e defende que devemos prestar atenção às enunciações corporificadas pelas quais novos sentidos, afetos, prazeres e desejos são sutilmente produzidos nas cenas analisadas. Segundo Santos Filho, uma perspectiva *queer* de leitura da grande mídia nos auxilia a produzir compreensões mais nuançadas sobre o corpo que fala e sobre aquilo que se fala sobre o corpo de forma a entender como (des)identificações, resistências, derivas de significados e trânsitos semânticos podem ocorrer no momento a momento, no turno a turno e no corpo a corpo de interações cotidianas.

No seu conjunto, estes capítulos ilustram as potencialidades de crítica sociocultural que a aproximação da teoria *queer* à linguística oferece. A LQ se configura aqui como uma área de pesquisa que se propõe a fazer análises de regimes de normalização (Miskolci, 2009) e dos processos de legislação não voluntária do gênero e da sexualidade (Butler, 2004) que engendram a partir de um foco empírico aos detalhes mais ínfimos de nossas ações sociais, i.e., a língua em uso. Em outras palavras, a LQ se dedica à microanálise dos regimes do normal e, com isso, visa problematizar como discursos macrosociológicos (i.e., cis-heteronormatividade) constituem (e são constituídos por) nossas práticas linguísticas locais e podem ser por elas transformados.

## Reorientando perspectivas

Esta introdução teve como intuito ilustrar algumas das desorientações epistemológicas e metodológicas que a aproximação da teoria *queer* aos estudos linguísticos movimentou. No bojo desse debate, está uma reconceitualização radical do que entendemos por língua e por identidade, de um lado, e das relações que entretêm, de outro. Para a LQ, a língua não é um sistema, no sentido estruturalista do termo, mas sim o “produto de processos de materialização discursiva” (Motschenbacher, 2011, p. 162) que, na repetição de links indexais, produzem uma aparência de coisa natural que antecede à ação social. A partir dessa compreensão, entende-se que as estruturas gramaticais atingiram seu status de substância (i.e., de coisa essencial) “através de um processo contínuo de recitação que acontece no uso da língua” (Motschenbacher, 2011, p. 163).<sup>12</sup> Através dessas repetições naturalizadas, algumas associações indexicais se tornam altamente sedimentadas na cultura e estabilizam certos sentidos para o que é ser homem, mulher, heterossexual, homossexual, travesti, trans, bissexual etc. Esses sentidos assumem uma aparência de inevitabilidade que limita o campo de (subjektiv)ação desses indivíduos e determina o quê, como, quando, com quem podem falar/escrever/existir. Como esta coletânea ilustra, é na relação entre performance linguística local e a performatividade dos discursos (de gênero, sexualidade, raça etc.) que certas prerrogativas de existência social são conferidas a algumas pessoas e não a outras. Contudo, a repetição incessante dessas dinâmicas indexicais também fornece possibilidades de abrir fissuras nos sistemas de reconhecimento disponíveis e, assim, contestar esses sentidos, inaugurando novas formas de inserção social (e linguística).

Os capítulos desta coletânea, assim, convidam linguistas a saírem de seus eixos estáticos de orientação epistemológica e metodológica. O convite se estende a teóricas e teóricos *queer* para que atentem não só a discursos, no sentido amplo do termo, mas também à vida linguística de indivíduos,

---

12. Nesse sentido, seria essa substância que o estudo da gramática tenta, performativamente, descrever e, por vezes, prescrever (Motschenbacher, 2011).

pois é nos detalhes quase imperceptíveis de nossas ações que a cis-heteronormatividade é (re)produzida e desafiada.

Se, como afirma Butler (2015a), devemos entender o termo *queer* não como uma identidade, mas como uma relação “entre pensamentos, língua e ação que se move em direções contrárias àquelas explicitamente reconhecidas” (p. 62), a desorientação produzida por esse movimento é o que lhe confere força de crítica e intervenção. A perda de pontos de orientação bem estabelecidos nos impele a investir “nos momentos de desconhecimento, quando aquilo que nos forma diverge do que está diante de nós, quando nossa disposição para nos desfazer em relação aos outros constitui nossa chance de nos tornarmos humanos” (Butler, 2015b, p. 171). Desorientar possibilita, assim, repensar sentidos e práticas naturalizados. Nesse sentido, espero que as desorientações provocadas pelos capítulos reunidos aqui nos ajudem a estranhar sentidos estáveis, a investir no desconhecido, a desfazer normas familiares, a desaprender a ser quem somos e, assim, retrilhar caminhos de pesquisa para o estudo da língua em sociedade.



Parte 1

**INDEXICALIDADES  
PERFORMATIVAS**



# CAPÍTULO

# 1

## SERIA A TEORIA *QUEER* IMPORTANTE PARA A TEORIA SOCIOLINGUÍSTICA?\*

Rusty Barrett

Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre;  
não há homem nem mulher; porque todos vós sois  
um em Cristo Jesus.

Carta de Paulo aos Gálatas 3:28

---

\* Tradução: **Eduardo Espíndola** a partir do texto original, “Is Queer Theory important for Sociolinguistic Theory?”, publicado na coletânea *Language and sexuality: contesting meaning in theory and practice* (p. 25-43) e editado em 2001 por Kathryn Campbell-Kibler, Robert Podesva, Sarah J. Roberts e Andrew Wong. Aparece aqui sob permissão do autor e da CSLI Publications. Fica vedada a reprodução. Revisão: **Rodrigo Borba**.

## Introdução — *queerizando a linguística*

Começo este capítulo com uma epígrafe da Bíblia para destacar dois pontos básicos sobre categorias identitárias. Primeiro, o desejo de nos libertarmos da natureza limitadora e opressora de categorias identitárias não tem origem na teoria *queer* (e nem é restrito a ela). Segundo, a postura teórica *queer* de desconstruir tais categorias e mostrar seus papéis em discursos dominantes tem implicações que vão muito além da compreensão do comportamento de indivíduos que podem ser vistos de alguma forma como “*queer*”. Este é um ponto básico para a teoria *queer*: o propósito da área não é simplesmente aumentar nossa compreensão sobre o comportamento “*queer*”, mas sobre o comportamento humano em geral e questionar premissas teóricas excludentes de diferentes disciplinas acadêmicas. Se aceitarmos essa desconstrução de rótulos identitários, tão comum à teoria *queer*, nos restarão duas opções básicas ao transferirmos essa questão para a pesquisa sociolinguística. A primeira alternativa seria simplesmente desistir da noção de identidade como um todo e tentar focar em outra coisa (como propõe Kulick, 2000). A segunda seria tentar modificar a visão tradicional de identidade predominante na pesquisa sociolinguística e buscar uma compreensão da relação entre linguagem e identidade que não reproduza categorias excludentes.

A atitude de questionar a normatividade (e a normalidade) de determinadas interpretações sobre o comportamento é a base mais fundamental das disciplinas nas ciências sociais. Como escreve Michael Warner, “se pessoas *queer*, incessantemente cobradas a alterarem seus ‘comportamentos’, são aquelas que questionam não somente o comportamento normal do social como também a própria ideia de normalidade, elas podem lançar dúvidas em relação às metodologias fundamentadas sobre esse pensamento” (Warner, 1993, p. xxvii). Isso é o que se entende comumente por *queerizar* uma disciplina acadêmica ou metodologia específica. A discussão a seguir pode ser compreendida como uma *queerização* da sociolinguística, uma vez que utiliza um ponto de vista elaborado pela teoria *queer* para questionar as premissas que constituem a base da sociolinguística enquanto disciplina. Como tal, não se limita à interpretação da relação entre linguagem e sexualidade, mas busca melhorar nossa compreensão sobre o papel da linguagem na sociedade em geral. Assim, o objetivo aqui não é tanto definir a linguística *queer* (ou os

estudos sobre linguagem e sexualidade),<sup>1</sup> mas propor um redirecionamento *queer* das premissas que permeiam a própria linguística. Desse modo, este capítulo não se propõe a criticar o trabalho de pesquisadoras e pesquisadores ou paradigmas de pesquisa em particular, e sim a levantar questões sobre a disciplina em si. De fato, muitos dos tópicos aqui tratados já estão começando a surgir em diversas pesquisas em sociolinguística e em antropologia linguística.

## Linguística *queer*

Um erro comum é a ideia de que a linguística *queer* (LQ, doravante) equivale de alguma forma ao estudo do uso da língua por um grupo “*queer*” específico, como a linguagem usada por gays e lésbicas. Essa pressuposição equivale a dizer que a linguística feminista é de certa forma o estudo da língua falada por feministas. Assim como a linguística feminista propõe o estudo da língua (como um *todo*) acrescida de pensamentos advindos da teoria feminista, a linguística *queer* é o estudo da língua ampliado a partir de ideias da teoria *queer*. Dessa forma, a LQ tem o potencial de contribuir para o nosso entendimento sobre o uso da língua em termos gerais (o objeto específico da linguística) e sua aplicação não pode se limitar a uma categoria identitária específica. Aliás, tal atitude seria contrária a muitas das ideias fundamentais da teoria *queer*. Um dos seus pontos principais é demonstrar como ideias (heteronormativas) sobre categorias identitárias fixas são parte de um discurso social<sup>2</sup> de dominação mais amplo. Se o foco da LQ estivesse em tais categorias predeterminadas, ela estaria simplesmente reforçando essa dominação.

O uso do termo “*queer*” pode ser entendido como um experimento linguístico que busca reivindicar (e, conseqüentemente, redefinir) uma palavra pejorativa, eliminando seu referente e transformando-o em um signo puramente indexical em sua forma e uso. Em outras palavras, a tentativa é

- 
1. N de T. Para uma proposta de definição do campo, veja Borba (2015), assim como a Introdução deste volume.
  2. Uso “discurso social” no sentido mais amplo e sociológico do termo “discurso”, assim como é utilizado pela teoria crítica e em contraste à forma que este conceito é entendido na linguística, como se referindo à estrutura específica de textos ou interações.

deixar o significante “*queer*” sem nenhum significado que o correlacione ao mundo real para que assim ele aponte para um conjunto imaginado e indefinido de práticas sexuais (e indivíduos associados a elas) que fogem das concepções heteronormativas do discurso social dominante. Por meio de uma ideologia de dominação, a noção de “diferença” é usada para delimitar normas de aceitabilidade pelas quais qualquer categoria identitária irá, por si só, excluir possíveis participantes. O desejo de denominar um grupo social específico como *queer* é o desejo de “preencher” esse significado em aberto, sendo também um desejo guiado por uma ideologia dominante que impõe limites a práticas e identidades consideradas aceitáveis.

O sucesso desse experimento linguístico é incerto (e muitas pessoas afirmam que ele já falhou), dadas as dificuldades em manter um signo puramente indexical na mente de falantes, que geralmente precisam de conexões diretas entre significantes linguísticos e um significado instituído. Sem possuir um significado correspondente, o significante “*queer*” está destinado a ser definido como se referindo a um universo de possibilidades. Segundo David Halperin, o termo *queer* “não designa uma classe de patologias ou perversões previamente definidas”, mas “descreve um horizonte de possibilidades cuja extensão exata ou escopo heterogêneo teoricamente não podem ser delimitados de antemão” (Halperin, 1995, p. 62). O poder desse termo vem diretamente da ausência de um significado. Os desafios que o termo nos coloca derivam de sua resistência a uma ideologia de “diferença” da qual depende a construção de categorias identitárias que, uma vez definidas, restringem os indivíduos que podem ser nelas incluídos e excluem quem não pode (ou se recusa a) se posicionar em alguma categoria predefinida. Da forma como é utilizado na teoria *queer*, o termo só terá êxito se for usado como um signo puramente indexical, e sua utilidade é destruída quando o associam a um significado externamente definido. Como argumenta Judith Butler:

Se o termo “*queer*” se refere a um lugar de contestação coletiva, o ponto de partida para um conjunto de reflexões históricas e imaginações futuras, ele deverá permanecer dessa forma, a qual, no presente, nunca é totalmente definida, mas sempre e somente reformulada, retorcida e *queerizada* a partir de um uso anterior e na direção de questões políticas urgentes e progressivas. Isso também significa, sem dúvida, que ele deverá ser elaborado em prol de termos que executem um trabalho político de forma mais efetiva (Butler, 1993, p. 228).

Portanto, o objetivo da LQ não pode ser o estudo da língua falada por um grupo “*queer*” preestabelecido (uma vez que tal grupo não pode ser definido), e sim uma linguística que não considera categorias identitárias como entidades a priori, mas que as reconhece como construtos ideológicos produzidos por discursos sociais. A distinção aqui é entre uma abordagem tradicional, que considera a identidade como uma característica inerente (apesar de construída) de um indivíduo e uma abordagem na qual consideramos que a identidade é algo que pesquisadoras e pesquisadores geralmente atribuem a determinados indivíduos a fim de colocá-los em categorias bem delimitadas. Se reconhecermos que categorias identitárias servem para construir e delimitar comportamentos considerados aceitáveis para certos indivíduos, devemos também reconhecer que essas categorias sempre serão excludentes em relação à descrição de pessoas e ao exercício de “explicar” um dado linguístico com base no comportamento atribuído a participantes de uma categoria identitária. Qualquer explicação baseada no pertencimento a uma categoria predefinida não somente excluirá as pessoas que não se “encaixam” nos pressupostos normativos que determinam quem pertence a determinado grupo identitário, como também servirá para perpetuar ideologias dominantes de normatividade e aceitabilidade ao reiterar e delimitar as normas de comportamento associadas a essas próprias categorias, que são inerentemente excludentes. Ao invés de estudar como a linguagem *reflete* categorias identitárias, nosso foco deve recair nas formas pelas quais a linguagem as *constrói*. Com essa mudança de foco, seria possível desenvolver uma compreensão mais diversificada da relação entre linguagem e identidade e evitar suposições arbitrárias e excludentes. Nesse sentido, a sociolinguística tem uma oportunidade rara de enriquecer a teoria social, especialmente aquelas teorias que se embasam na ideia de que as identidades e os comportamentos são delimitados pela força performativa da linguagem.

## **Identidade, performatividade e indexicalidade**

Para a teoria *queer*, o conceito de performatividade desenvolvido por Austin (1975) se aplica ao conceito de identidade (cf. Butler, 1990, 1993, 1997). Além de performativos como “Eu vos declaro marido e mulher” ou

“Aposto cinco dólares”, há um conjunto deles relacionados a categorias identitárias. Declarações como “É uma menina!” ou “Eu sou lésbica” têm um efeito performativo ilocucionário, pois imediatamente causam uma mudança ao inserir uma pessoa em uma dada categoria. Outros usos de rótulos (“Patinadores são todos gays”, “Asiáticos são legais”, “Mulheres não podem trabalhar em construções” etc.) são muitas vezes interpretados como performativos, já que também ajudam a construir um referente imaginário para um determinado rótulo identitário. Esse segundo tipo de performativos pode ser visto como atos de fala perlocucionários, uma vez que a mudança que ocasionam, embora não seja imediata, pode iniciar uma série de consequências, pois associam estereótipos a categorias identitárias específicas.<sup>3</sup> Assim, todos os enunciados que fazem uso de rótulos funcionam através da citacionalidade. A repetição desses enunciados constrói um referente específico para categorias identitárias tanto nas mentes de falantes quanto no discurso social mais amplo. Em outras palavras, categorias identitárias são criadas pela repetição de enunciados que atribuem determinadas categorias a certos indivíduos e delimitam os atributos e as práticas típicas de uma categoria qualquer.

Além de entender categorias identitárias como produzidas por atos de fala performativos, a teoria *queer* também considera outros aspectos da prática social como performativos, pois eles criam associações similares através da citacionalidade. Butler (1990) afirma que o gênero é uma performance sem um original. Seu significado (ou de qualquer outra categoria social) existe somente pelo caráter citacional de sua performatividade. Esse processo de citação não apenas constrói a categoria identitária por si mesma, mas também estabelece limites para sua aceitabilidade, delimitando um indivíduo ao impor fronteiras entre possíveis categorias identitárias e práticas associadas a elas. Segundo Butler,

A performatividade não pode ser entendida fora de um processo de iterabilidade, de uma repetição de normas determinantes e restritivas. Essa repetição não é

---

3. Há um debate sobre as condições de felicidade possíveis para performativos desse tipo, principalmente quando são vistos como “discurso de ódio”. Butler (1997) discute essa questão a partir da distinção entre a visão de Derrida (1978) sobre o papel da iterabilidade em citações e a visão de Bourdieu (1991) sobre a autoridade que falantes têm ou não para realizar tais citações.

realizada por alguém, é ela que possibilita a existência de um sujeito e constitui sua condição temporal. Tal iterabilidade sugere que a “performance” não é um “ato” ou evento específico, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado por meio de coerção, de proibições e tabus, com a ameaça de ostracismo e até mesmo de morte controlando e obrigando a forma da produção, mas não, eu ressalto, determinando-a previamente por completo (Butler, 1993, p. 95).

Assim, a natureza citacional dos atos performativos constrói os conceitos de “diferença” que são associados a categorias identitárias específicas. Essas noções de diferença simultaneamente constituem e restringem a identidade. Esse é o motivo pelo qual o “*queer*” foi considerado como um signo puramente indexical. A ideia por trás desse termo foi demonstrar que todos os estereótipos relacionados a categorias identitárias são significantes sem um significado. Eles funcionam como signos indexicais: apontam para práticas e declarações performativas específicas que, por meio de citações que se repetem, são associadas a categorias particulares. Escolher denominar alguém como *queer* ou *lésbica*; *estadunidense de descendência mexicana* ou *chicano*; *branca* ou *estadunidense de descendência europeia* significa escolher entre signos que apontam para conjuntos distintos de associações construídas por citações e por sua historicidade. Essas escolhas podem ser marcadas ou não marcadas (Myers-Scotton, 1993; Barrett, 1998) a depender de quando e onde categorias identitárias específicas são usadas para se referir a si mesmo já que certas citações parecem mais adequadas a determinados contextos sociais.

Nesse sentido, os usos de categorias identitárias nas ciências sociais podem ser vistos como um grupo de performativos que também serve para constituir e delimitar seus sujeitos de pesquisa. Em grande parte da pesquisa em sociolinguística, o número de identidades possíveis a serem analisadas tem sido bastante limitado. Isso é mais característico da pesquisa quantitativa, já que o uso de análises estatísticas obriga a criação de distinções bem claras entre categorias (cf. Eckert, 1989). Geralmente, pesquisas em sociolinguística analisam uma categoria identitária específica baseada em um único traço diferencial que atravessa classe, gênero ou etnia. Estudos que focam em um único traço distintivo são excludentes em sua própria natureza, permitindo,

por exemplo, que pesquisas sobre “conversas entre mulheres” transformem as mulheres utilizadas na pesquisa (geralmente brancas e de classe média) em representantes de toda a multiplicidade possível de mulheres. Foi assim que o campo de estudos sobre as relações entre linguagem e gênero (assim como a maioria das outras áreas das ciências sociais) caiu na heteronormatividade, já que a ideia de comunicação entre pessoas de determinados gêneros se tornou um ponto de partida para reconstruir a heterossexualidade como central para um paradigma de pesquisa. Ainda que tais estudos possam fornecer uma compreensão de como os gêneros são imaginados (tanto por falantes como por linguistas), eles se mantêm excludentes. Pesquisas em sociolinguística com foco em dois traços distintivos aparecem somente quando seus sujeitos não são homens ou brancos (como pesquisas sobre a “fala de mulheres estadunidenses de descendência mexicana”). Dessa forma, ao se determinar um foco de pesquisa, certas identidades são normalmente abstraídas exceto quando apontam para algum desafio a uma norma implícita. O número de traços distintivos encontrados no título de um estudo sociolinguístico corresponde geralmente aos níveis de afastamento de uma norma heterossexual, branca e masculina. Assim, raramente vemos pesquisas que dizem olhar para a fala de homens estadunidenses héteros e brancos (já que isso é tratado como a “sintaxe da língua inglesa”),<sup>4</sup> ao passo que estudos sobre mulheres estadunidenses heterossexuais e brancas são chamados de “fala de mulheres”, estudos sobre mulheres estadunidenses de descendência africana são denominados “fala de mulheres estadunidenses de descendência africana” e estudos de lésbicas estadunidenses de descendência mexicana são nomeados seguindo essa mesma lógica. Essa relação entre traços distintivos na descrição do foco de uma pesquisa e seu distanciamento de uma norma branca, heterossexual e masculina serve para reforçar o papel de categorias identitárias na construção de representações da branquitude e da heterossexualidade e, além disso, exclui categorias que já são marginalizadas.

Recentemente, sociolinguistas começaram a reconhecer as formas pelas quais suas pesquisas constroem e limitam concepções acerca de categorias

---

4. O surgimento de estudos sociolinguísticos sobre a fala de homens (assim como o campo de estudos sobre masculinidade como um todo) é, em geral, uma reação à pesquisa feminista e segue uma tendência etnocêntrica e heteronormativa que também marcou os estudos iniciais sobre a fala das mulheres.

identitárias. Consideremos, por exemplo, o trabalho de Morgan (1999) sobre como pesquisas acerca do inglês vernáculo afro-americano (IVAA) são construídas de modo que excluem mulheres, ou a pesquisa de Mufwene (1992) sobre o papel da ideologia no estudo da história do IVAA, e também a investigação de Walters (1995), que demonstra como estudos sobre o IVAA constroem representações de branquitude e categorizações excludentes para indivíduos afro-americanos. Outro movimento positivo nessa direção pode ser visto em trabalhos que consideram o lugar do indivíduo (Johnstone, 1996) em pesquisas que se debruçaram sobre categorias identitárias êmicas emergentes das práticas locais ao invés de considerarem rótulos identitários tradicionais definidos externamente (Eckert e McConnell-Ginet, 1995; Eckert, 2000; Bucholtz, 1999). O foco em categorias êmicas abre a porta para um universo no qual as identidades não se restringem às pressuposições de pesquisadoras e pesquisadores, já que a análise deve recair sobre a construção situada de identidades específicas. Contudo, devemos ter cautela ao fazer uso de categorias êmicas, pois elas podem construir participantes de pesquisas como o “Outro” (“não temos uma palavra para definir essas pessoas, mas elas se denominam como X”). Como aponta Kath Weston, isso é bastante visível nas referências a “categorias nativas” (como *hijra* ou travesti), nas quais “o uso de ‘nomes’ estrangeiros já constrói o sujeito da pesquisa como um Outro” e “reforça as diferenças e a autoridade etnográfica” (Weston, 1993, p. 348).

Apesar de o foco estar se movendo para as categorias êmicas, sociolinguistas não têm questionado as formas pelas quais a própria disciplina constrói e estabelece limites para determinadas categorias identitárias. Como notou Eckert (1989, p. 247), sociolinguistas tendem a recorrer a “noções não exploradas” de categorias básicas, como o sexo (tido como externamente definido), e não levam em consideração aspectos de identidade que não têm correlações diretas com os dados em questão. Na pesquisa de Tannen (1999) sobre gênero no local de trabalho, por exemplo, a pesquisadora utiliza a perspectiva goffmaniana para a análise de dados a partir de categorias “relacionadas a grupos sexuais”, reconhecendo, assim, que o “grupo” dos homens e o “grupo” das mulheres são construídos socialmente. Tannen (1999, p. 223) também reconhece a natureza excludente de tais classes ao argumentar que essa abordagem “não sugere que todo indivíduo de determinado grupo exibirá

os comportamentos” associados à categoria. Porém, mesmo tendo avançado nessa compreensão, ela observa que não devemos negligenciar a importância da biologia, pois a distinção entre sexo e gênero “serve para reforçar uma falsa ideologia de que fatores biológicos e culturais podem ser diferenciados” (1999, p. 223). Embora eu concorde com o argumento de que fatores biológicos e culturais não podem ser completamente diferenciados, isso não significa que categorias construídas socialmente são baseadas em diferenças biológicas e naturais que podem ser mensuradas (i.e., o biológico influencia o cultural), e sim que nossa compreensão de diferenças biológicas é baseada em conceitos socialmente construídos sobre o próprio sexo (i.e., o cultural influencia o biológico). Reduzir um *continuum* biológico a uma oposição binária exclui quem não se encaixa em qualquer um dos dois extremos.

A distinção entre sexo e gênero, na qual o sexo é natural e biológico e o gênero é socialmente construído, faz com que linguistas “recorram” a “noções não exploradas sobre gênero” (Eckert, 1989, p. 247) justamente porque o temos considerado como intrinsecamente ligado ao sexo e, assim, não questionamos a categoria sexo. No caso de outras oposições biológico-culturais, tais como raça/etnia, tais dicotomias foram abolidas há muito tempo. É de esperar que qualquer sociolinguista se espante com pesquisas que afirmam que na análise das relações entre etnia e linguagem não devemos nos esquecer das correlações entre biologia e raça. É importante reconhecer que, assim como a raça, o conceito de sexo biológico é, por si só, amplamente construído no social. O movimento trans nos ensina que a construção social do sexo biológico é claramente excludente. Isso é evidente tanto no caso de pessoas trans (cuja identidade de gênero diverge do sexo designado em seu nascimento) quanto no caso de indivíduos intersexo (que nascem com uma combinação de genitália masculina e feminina), assim como aquelas pessoas que são simultaneamente trans e intersexo.

Devor (1989) discute as limitações de se tratar sexo (e gênero) como uma oposição dual e binária. Ela demonstra que essas limitações derivam do erro de considerar que a diferença entre os sexos está localizada nos cromossomos XY e XX. As muitas crianças que nascem com conjuntos de cromossomos XXX ou XXY são (assim como todas as crianças estadunidenses) designadas a um determinado sexo de acordo com a aparência física

de suas genitálias. Aquelas crianças com cromossomos XXX são geralmente denominadas como pertencendo ao sexo masculino e costumam apresentar um gênero hipermasculino, incluindo comportamento violento, o que deixa claro que a posse de um cromossomo Y não é a base da masculinidade. Da mesma forma, crianças nascidas com “genitália ambígua” (pessoas intersexo) nas sociedades ocidentais comumente passam por uma cirurgia cujo objetivo é fazê-las homem ou mulher, sem ambiguidades. Assim, quando a questão biológica não condiz com a ideologia de uma cultura, ela é modificada (cirurgicamente) para satisfazer tais expectativas. Como notou Geertz (1983), essa atitude para com crianças intersexo é um traço cultural das sociedades ocidentais (e, portanto, é guiada por uma ideologia de gênero ao invés de uma oposição biológica natural). A existência de categorias de “terceiro gênero” em outras culturas, como é o caso de *hijras* (Hall, 1997, neste volume) e *'yan daudu* (Gaudio, 1998), deveria nos mostrar que a oposição entre macho e fêmea é um binarismo de base cultural. Em outras palavras, o conceito “biológico” de sexo é baseado na oposição culturalmente criada entre macho e fêmea e imposta a corpos a partir de determinadas características físicas que vão muito além de uma distinção binária básica entre tais elementos. Logo, o próprio conceito de sexo é uma categoria desenvolvida através de expectativas culturais de gênero. Citando Butler mais uma vez,

Não faz sentido, assim, definir gênero como a interpretação cultural do sexo, se o sexo é, por si só, uma categoria generificada. O gênero não deve ser simplesmente imaginado como a inscrição cultural de significado sobre um sexo predeterminado (uma concepção jurídica); gênero deve designar também o próprio aparato de produção por meio do qual o sexo é instituído (Butler, 1990, p. 7).

Desse modo, até mesmo as formas mais básicas de diferença (macho vs. fêmea) são produzidas através de imposições culturais e ideológicas aos corpos de sujeitos específicos. Se continuarmos com pesquisas em sociolinguística tendo como pressuposto que tais traços de diferença são naturais (ao invés de ideologicamente construídos), nosso trabalho está destinado a reproduzir a ideologia cultural em vez de compreendê-la em sua totalidade.

Na próxima seção, discutirei as implicações que emergem de uma compreensão sobre a relação entre linguagem e identidade que tem a natureza performativa da linguagem como base. Essa compreensão não se destina a solucionar os problemas criados por estudos linguísticos que investigam a língua a partir de uma compreensão fixa de identidade, mas oferece um ponto de partida para a produção de uma visão mais ampla da relação entre língua e identidade.

## **Variáveis sociolinguísticas e “indexicalidade performativa”**

Variáveis linguísticas e escolhas estilísticas funcionam como um sistema de signos indexicais. Tradicionalmente, acredita-se que tais signos apontam para uma categoria identitária específica, geralmente de grupos definidos em torno de gênero, etnia ou classe. No tipo de sociolinguística proposta aqui, há o reconhecimento de que esse grupo de signos indexicais funciona performativamente, sendo, assim, o meio de construção e delimitação das categorias. Tal compreensão redireciona o foco para o comportamento de integrantes de uma categoria como um grupo e passa a examinar a forma como essas categorias são criadas através da linguagem, principalmente pela variação linguística que lhe é inerente.

Assim, a natureza das variáveis sociolinguísticas pode ser interpretada como um tipo de *indexicalidade performativa* (ver Borba, neste volume). Tal como já observado, uma frase como “Eu sou lésbica” é um ato de fala performativo, uma vez que produz uma mudança ao inserir uma pessoa em uma categoria social imaginada e (através da citacionalidade) reconfigura a própria categoria. Variáveis sociolinguísticas possuem o mesmo efeito performativo, pois carregam informações sociais que alinham falantes a identidades particulares. Tal como acontece com outros performativos, essas variáveis funcionam através da citacionalidade e se contrapõem a citações ligadas a outras categorias imaginadas (produzindo um sistema complexo de oposições construídas por múltiplas repetições). A variável em questão

deve ter sido usada anteriormente e possuir a “autoridade” necessária para que possa produzir uma mudança através de sua ligação com categorias identitárias. Entretanto, diferentemente dos rótulos, as variáveis linguísticas não servem diretamente para construir categorias identitárias, pois são signos indexicais indiretos (Ochs, 1990). Uma vez que a relação entre uma variável e uma categoria identitária é puramente indexical, a variável constrói associações entre um indivíduo e seu desejo de expressar um atributo social específico (o qual pode ser associado a uma categoria social imaginada). Assim, variáveis linguísticas são índices performativos porque “apontam” para uma mudança que está por vir em vez de causá-la. Elas não constroem as categorias identitárias de modo direto, mas, assim como outras formas de prática social, servem (por causa da citacionalidade) como alicerces sobre os quais essas categorias se desenvolvem diacronicamente.

Uma pessoa pode usar a indexicalidade performativa da variação linguística para expressar seu desejo de ser reconhecida como um tipo específico de pessoa em uma determinada situação (ver, nesse sentido, Melo e Moita Lopes, neste volume). É somente através de associações feitas por ouvintes (ou linguistas) que esse tipo específico de pessoa passa a ser vinculado a uma certa categoria social. Para estabelecer a ligação entre uma variável linguística e uma identidade específica, ouvintes devem primeiramente reconhecer a própria variável (e percebê-la na interação) para então compreender sua natureza citacional, as associações que produz e determinar se quem fala tem ou não autoridade para fazer tais repetições. Portanto, a relação entre uma variável linguística e uma categoria social não é direta. Uma vez que a natureza citacional de uma variável deve ser reconhecida (e sua autoridade aceita), o uso de variáveis sociolinguísticas, assim como ocorre com outros performativos, pode ser feliz ou não. Dessa forma, caso ouvintes não reconheçam a variável ou não conheçam suas citações anteriores, o ato performativo será infeliz.<sup>5</sup>

---

5. N. de T. O autor aqui faz referência ao vocabulário cunhado por Austin (1990) para se referir ao sucesso ou insucesso de um ato performativo. Segundo Austin (1990), as condições de felicidade se referem às regras que garantem o sucesso de um ato de fala. São elas: o conteúdo proposicional, a condição preparatória, a condição de sinceridade e a condição essencial. Ver Austin (1990) para mais detalhes.

Pode-se pensar que índices performativos infelizes sejam comuns em casos de mudança de estilo para sondagem identitária (Myers-Scotton, 1993), como a “comunicação em código” utilizada entre lésbicas e gays (Painter, 1981; Leap, 1996). Nesses casos, por exemplo, uma mulher homossexual pode usar a linguagem de modo específico para sinalizar sua identidade enquanto lésbica. A linguagem usada nesses casos geralmente possui um alcance citacional curto a fim de ser reconhecida em sua indexicalidade performativa especificamente por outras mulheres homossexuais e não por pessoas heterossexuais. Isso reduz a possibilidade de violência associada a perguntas diretas, tais como “Você é lésbica?”, pois preserva a identidade de falantes e ouvintes. Uma vez que um grande número de ouvintes não reconheceria a variável em questão, esses casos podem produzir inúmeros performativos infelizes.<sup>6</sup> Outros casos de índices performativos dessa natureza podem surgir quando ouvintes reconhecem a citação envolvida, mas não aceitam a autoridade de falantes para realizá-la. Isso pode acontecer quando ouvintes não consideram que falantes tenham o “direito” de realizar associações com uma identidade específica. Exemplos desse caso seriam as estratégias de condescendência que falham em seu objetivo (Bourdieu, 1991), como quando um estadunidense de descendência anglo-saxã tenta falar espanhol com uma estadunidense de descendência mexicana e recebe uma resposta em inglês (cf. Peñalosa, 1980; Pratt, 1987), que expressa a opinião da ouvinte de que o falante não tem a autoridade citacional para indexicalizar propriedades associadas ao espanhol.

Anteriormente, afirmei que a relação entre uma variável sociolinguística e uma identidade social não é direta, pois a natureza citacional do performativo deve ser reconhecida por ouvintes. De modo semelhante, a relação entre a identidade social e uma categoria identitária pode também não ser direta. A associação reconstruída por ouvintes pode não indicar diretamente uma categoria identitária, mas talvez outro atributo social. Assim, uma variável particular pode indicar atributos como nível de escolaridade, urbanidade, força, idade, amabilidade, poder etc. Tomemos como exemplo a descrição

---

6. Isso, claro, complica a noção de condições de felicidade, pois o objetivo é evitar que “pessoas de fora” reconheçam a natureza citacional do performativo (o que é produzido justamente quando ele falha).

de Sapir (1949[1915]) sobre a fala “anormal” do povo Nootka. Em sua análise sobre o modo como pessoas se referem a outras na língua Nootka, Sapir argumenta que as formas linguísticas que distinguem grupos sociais geralmente envolvem discriminação de sexo ou classe. Em outras palavras, formas variáveis de uma língua costumam apontar sentidos relacionados a gênero ou status. Os “tipos de fala anormais” encontrados em Nootka recebem esse nome porque sinalizam uma variedade de tipos sociais que são atípicos (isto é, não têm a ver com gênero ou status social). Nessa língua, o uso de sufixos e modificações consonantais indica que o destinatário ou referente pertence a um grupo social que é reconhecido por uma característica incomum que não está relacionada às categorias de gênero ou status social. Tais categorias incluem “pessoas gordas ou de estatura anormal” (p. 181), “pessoas estranhamente pequenas” (p. 182), “pessoas que têm algum defeito no olho” (mas que não são cegas) (p. 182), “corcundas” e “pessoas que mancam” (p. 183), “indivíduos canhotos” (p. 183), “homens circuncidados” (p. 184), “pessoas gananciosas” (p. 184) e “covardes” (p. 184). A descrição do Nootka feita por Sapir sugere que a extensão de atributos sociais que podem ser indexicalizados pela linguagem é, na pior das hipóteses, muito mais ampla do que é geralmente considerado pela sociolinguística. Isso não é uma sugestão para que comecemos a procurar por correlatos linguísticos referentes à destreza ou à circuncisão no estudo da língua inglesa, mas demonstra a amplitude do poder indexical de uma língua. Limitar nossas pesquisas a categorias identitárias específicas e predeterminadas restringe essa extensão indexical a categorias herméticas, o que faz com que ignoremos ou consideremos como “anormal” qualquer coisa que não se encaixa em ideias preconcebidas sobre o que constitui uma identidade aceitável. Assim, devemos encarar a possibilidade de que a linguagem pode ser usada para indicar atributos sociais que são inauditos até mesmo para pesquisadoras e pesquisadores. Essas estruturas do Nootka também sugerem que a linguagem pode indexicar atributos sociais particulares ao invés de categorias identitárias bem definidas (isso se considerarmos “ganância” como um traço de personalidade ao invés de uma identidade social para a cultura Nootka). Se falantes correlacionam uma variável a um atributo social (ao invés de associá-la a uma categoria), o estabelecimento de uma determinada categoria identitária só acontecerá de fato quando esse atributo for também ligado a

ela. A possibilidade de indexar atributos sociais (ao invés de categorias identitárias) não tem sido amplamente considerada na pesquisa sociolinguística, uma vez que testes são geralmente aplicados a línguas como um todo em vez de variáveis linguísticas singulares.<sup>7</sup>

Falantes também podem usar formas linguísticas bastante específicas para indexar atributos sociais tipicamente associados a determinadas categorias, sem reivindicar pertencimento a elas. Sunaoshi (1995), por exemplo, descobriu que empregadas de uma loja de fotografia japonesa utilizavam alguns aspectos do estilo de fala maternal ao darem ordens em seus ambientes de trabalho. A pesquisadora ressalta que utilizar todos os componentes desse estilo de fala poderia parecer condescendente, mas a aplicação de um subconjunto específico de tais formas foi capaz de manifestar a autoridade associada à maternidade sem indexar completamente a relação assimétrica entre uma mãe e um bebê. De modo semelhante, em meu próprio trabalho (1998, 1999), mostrei que *drag queens* estadunidenses negras utilizam algumas formas linguísticas estereotipicamente associadas a mulheres estadunidenses brancas e de descendência europeia para indexar certas compreensões sobre a feminilidade da classe média branca. Ao utilizarem um subconjunto de formas associadas à categoria “mulheres brancas”, as *drag queens* conseguiram estabelecer relações com esse tipo de feminilidade sem se posicionarem de fato como pertencentes a essa categoria social. Relações semelhantes têm sido discutidas no uso de linguagem generificada na língua Lakhota (Trechter, 1999) e no uso do inglês vernáculo afro-americano por adolescentes americanas de descendência europeia (Bucholtz, 1997). Isso também se aplica ao trabalho de Jane Hill sobre paródias do espanhol (1993, 1995, 1998), que demonstra como o uso do espanhol por estadunidenses de descendência europeia pode indexar indiretamente estereótipos negativos sobre atributos sociais que, na América do Norte, são associados a pessoas de descendência latina. Dessa forma, devemos ter em mente que, embora uma variável linguística específica seja associada a uma categoria identitária, ela também pode indexar atributos

---

7. Essa distinção entre identidades e atributos pode, por exemplo, ser examinada por testes de falsos cognatos em amostras alteradas por computador, que difeririam somente em relação a uma única variável linguística. Tais estudos mostrariam exatamente quais atributos falantes associam a uma dada variável (como na redução do -r final em verbos no infinitivo, por exemplo).

sociais (ou traços de personalidade) relacionados a participantes prototípicas dessa categoria sem reivindicar pertencimento nela. Para estudos futuros, algumas sugestões seriam determinar quando e como a linguagem indexa esses atributos sociais, como e quando ela indexa diretamente uma identidade específica, como a relação entre ambas se desenvolve historicamente (isto é, como os atributos se tornaram desassociados da identidade) e qual o papel da socialização na aquisição de tais associações.

Outra distinção existente entre o Nootka e as variáveis linguísticas tradicionais estudadas por Labov está nas formas como o Nootka indexa ouvintes ou referentes ao invés de falantes em particular. Em outras palavras, o poder citacional de um índice performativo não precisa ser autorreferencial. Nesse sentido, são semelhantes às formas encontradas em línguas com estruturas honoríficas (como o japonês e o javanês), que classificam referentes considerando sua relação de solidariedade e status com quem fala. No entanto, até mesmo formas de linguagem extremamente autorreferenciais podem ser usadas na construção da identidade para referentes. Trechter (1999) mostrou, por exemplo, que as supostas formas de “gênero específico” (isto é, não variáveis) em línguas indígenas norte-americanas funcionam como performativos que têm natureza citacional, podendo ser utilizadas para que alguém se aproprie de atributos sociais ligados a determinado gênero (sem se posicionar nessa categoria). As formas de “gênero específico” no Lakhotá são usadas, por exemplo, quando um falante cita outro, podendo servir para construir a identidade do referente e do falante. A análise de Trechter demonstra que uma forma geralmente descrita como invariável e associada exclusivamente a um sexo específico funciona como um índice performativo que, de certa forma, constrói categorias de gênero através da citacionalidade.

Apesar da importância dada ao papel de ouvinte nas pesquisas sociolinguísticas ocidentais (cf. Bell, 1984), o foco tem sido na construção da identidade de falantes com pouca atenção dada a como a linguagem constrói identidades para referentes. Para estudos de variação linguística, falantes escolhem índices performativos de modo a construir uma identidade que será aceita por ouvintes em particular. Além de construir sua própria identidade, a autocensura de falantes (Bourdieu, 1991) faz com que se escolham citações de um conjunto específico de índices performativos a fim de construir

ouvintes como pessoas que possuem um certo conjunto de expectativas. A escolha feita por falantes reflete sua reação à suposta identidade de ouvintes; tal reação pode respeitar as expectativas de ouvintes ou tentar desafiá-las. Assim, formas linguísticas não são baseadas somente na identidade de quem as fala, mas também em pressuposições sobre a identidade de quem as ouve e sua posição na história do discurso (com suas inúmeras possibilidades citacionais). Muitos dos problemas associados ao gênero “entrevista de pesquisa” (cf. Briggs, 1986; Paredes, 1993[1977]; Walters, 1999) vêm da falta de atenção à construção da identidade de ouvintes, o que, em sociolinguística, equivale a como participantes da pesquisa constroem identidades para pesquisadoras e pesquisadores. Considerar as formas pelas quais a linguagem constrói a identidade de quem nos ouve resultaria em um conjunto de suposições completamente diferente para a interpretação de dados. A hipercorreção laboviana (1972), por exemplo, poderia não ser simplesmente atribuída à “insegurança” da classe média. Teríamos também que questionar se essa “insegurança” não seria produto da construção linguística de ouvintes/cientistas (enquanto pessoas com um conjunto específico de expectativas para a produção de pares mínimos, por exemplo). A questão não é que nossa abordagem para estudar variação linguística esteja equivocada; o ponto é que temos falhado ao não considerar nosso próprio papel na produção das conclusões, o que tem implicações que extrapolam a própria pesquisa. Devemos compreender melhor o “paradoxo do observador”. Não é somente o fato de que nossa presença enquanto cientistas influencia o uso da linguagem durante a coleta de dados; o fato é que nossa presença enquanto indivíduos com um conjunto específico de pressuposições sobre o alcance citacional da linguagem indexical influencia a interpretação dos dados, o que inclui também a escolha do paradigma de pesquisa, do tipo de dados, a forma de apresentá-los e as conclusões alcançadas.

A regulação e o controle exercidos pela indexicalidade performativa da linguagem faz com que questionemos o lugar que ocupamos em um sistema complexo de citações, mas também nos impele a utilizar nossas pesquisas para compreender melhor a natureza performativa de signos indexicais. Tais pesquisas poderiam analisar as formas pelas quais o poder indexical de variáveis linguísticas pode oscilar. Quando é que a indexicalidade performativa constrói/delimita a forma como falantes se referem a si? Quando é que ela

constrói/delimita ouvintes? Quando é que ela serve para construir/delimitar uma pessoa ausente da interação, como é o caso da indexicalidade indireta das paródias do espanhol (Hill, 1995, 1998)? Outras questões importantes (que já começaram a ser abordadas) incluem: como a autoridade citacional é regulada por ideologias linguísticas (cf. Woolard e Schieffelin, 1994) e apropriações? Como o escopo de citações possíveis é circunscrito pelo discurso social que reforça discriminação (Lippi-Green, 1997; Zentella, 1995)? Como o poder citacional é construído diacronicamente (Silverstein e Urban, 1996)?

## Conclusão

Em sua carta aos Gálatas, Paulo observa que “nem a circuncisão nem a incircuncisão vale coisa alguma” (Gálatas, 5:6) e que a integridade somente pode ser obtida por meio da fé interior. Ele argumenta que a escolha pela circuncisão não aproximará ninguém de Deus se ao mesmo tempo não houver uma mudança espiritual. Essa mensagem reforça que diferenças físicas externas e categorias sociais construídas a partir delas não têm importância se comparadas à vida espiritual interna de uma pessoa. Mesmo assim, a carta de Paulo e inúmeras outras mensagens que discutiram os riscos envolvidos ao se julgar pessoas com base em características externas de suas identidades são raramente levadas a sério.

Não há dúvidas de que indivíduos fazem uso de categorias identitárias definidas aprioristicamente em seus usos de linguagem e em suas atitudes em relação a variedades linguísticas. É por isso que a identidade é um tema central para muitos trabalhos em antropologia linguística e sociolinguística. Mas isso não pode significar que nós, enquanto linguistas, devemos simplesmente seguir o “senso comum”, i.e., fazer julgamentos com base nas mesmas categorizações sociais. Como cientistas sociais, temos que compreender as ideologias que subjazem ao funcionamento da sociedade e não meramente reproduzi-las em nossas pesquisas.

Inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a construção e a propagação da discriminação giram em torno de questões de linguagem como, por exemplo, pesquisas que investigam linguagem “politicamente correta” e até mesmo

crimes de ódio e assédio sexual e racial. Como linguistas, devemos contribuir para as discussões sobre linguagem (ou até mesmo controlá-las). No entanto, embora haja várias exceções, na maioria das vezes a sociolinguística e antropologia linguística tiveram pouco a contribuir para os debates sobre questões de “diferença”. Se quisermos contribuir de forma significativa para tais pesquisas, devemos levar a teoria *queer* a sério e examinar criticamente as formas pelas quais a linguagem constrói diferenças sociais e como, a partir dessas diferenças, promove discriminações.

Voltando à pergunta feita no título deste capítulo — “Seria a teoria *queer* importante para a teoria sociolinguística?” —, tal resposta é, claro, subjetiva e depende do grau em que sociolinguistas se interessam pelas outras questões levantadas aqui. Eu espero, entretanto, ter demonstrado que a teoria *queer* é importante para o campo. Talvez não seja tão importante para a teoria sociolinguística, mas certamente o é para as práticas de pesquisa da área. Se nós, enquanto sociolinguistas, encontramos satisfação em um paradigma de pesquisa que coloca indivíduos em categorias excludentes que simplesmente reforçam suposições culturais preconceituosas sobre comportamentos considerados apropriados e “normais”, então a teoria *queer* não é mesmo importante. Mas se, por outro lado, nosso desejo é realmente compreender o papel da linguagem na sociedade sem reproduzir ideologias culturais (e os preconceitos, práticas excludentes e formas de dominação social inerentes a elas), então a teoria *queer* pode de fato ser muito importante. Um número crescente de pesquisas já começou a abordar várias das questões que levantei aqui, o que sugere que, independentemente da posição que se tem em relação à teoria *queer*, ela já causou um impacto no embasamento teórico da sociolinguística e da antropologia linguística. Assim como aconteceu com a teoria feminista, sua antecessora, é possível que a influência da teoria *queer* irá por fim se tornar mais e mais aceita, tendo sua contribuição às teorias linguísticas reconhecida. Assim que pesquisadoras e pesquisadores começarem a levar a sério questões elaboradas pela teoria *queer*, será difícil ignorá-las abertamente. E, por fim, como diz o brado da política *queer*: estamos aqui. Vocês vão ter que nos engolir.<sup>8</sup>

---

8. N de T. Referência ao grito utilizado em protestos organizados pela organização estadunidense Queer Nation cujos ativistas bradavam, em suas manifestações públicas, “*we’re queer, we’re here, get fucking used to it*”.